

---

## RELATÓRIO

**Assunto:** BALANÇO GERAL DO ESTADO - Exercício 2017

O presente relatório demonstra os resultados alcançados pelo Estado do Amazonas, no exercício de 2017, consolidando as administrações direta e indireta através do BALANÇO GERAL DO ESTADO - BGE, o qual compõe a prestação de contas à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas do Excelentíssimo Ex-Governador José Melo de Oliveira, período de janeiro a abril de 2017, do Excelentíssimo Governador Interino David Antônio Abisai Pereira de Almeida, período de maio a setembro de 2017 e do Excelentíssimo Governador Amazonino Armando Mendes, período de outubro a dezembro de 2017.

Elaborado em cumprimento aos preceitos constitucionais e legais, visando dar transparência às contas públicas, o BGE atende, entre outras, às seguintes normas: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, Manual de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Lei Federal Nº 4.320/64 e Lei Complementar Nº 101/2000. Em cumprimento à Constituição do Estado do Amazonas, Art. 54, inciso XVIII, deverá ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas no prazo regulamentar.

## 1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária do Estado foi amparada na Lei n.º 4.369, de 27 de julho de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias – LDO<sup>1</sup>, para o exercício de 2017, e na Lei nº. 4.420, de 30 de dezembro de 2016 e Anexos - Lei Orçamentária Anual – LOA<sup>2</sup>, que estimou as receitas e fixou as despesas do Estado em R\$ 14,680 bilhões. O orçamento fiscal foi de R\$ 10,670 bilhões, sendo R\$ 157 milhões para investimentos das empresas do Estado e o orçamento da seguridade social foi de R\$ 4,010.

### 1.1 Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias

A receita do orçamento fiscal e da seguridade fiscal do Estado do Amazonas estimada para o exercício de 2017, considerando as orçamentárias e intraorçamentárias foi de R\$14,680 bilhões, já incluindo as deduções para o FUNDEB de R\$ 1,601 bilhão.

A receita tributária bruta estimada para este exercício foi de R\$ 8,357 bilhões, representando 51,33% do montante das receitas, que deduzidas das receitas para compor o FUNDEB de R\$ 1,143 bilhão, atinge uma receita tributária líquida de R\$ 7,214 bilhões.

A receita de transferências correntes bruta também teve participação expressiva neste exercício, com R\$ R\$ 4,617 bilhões, representando 28,36% do total das receitas, que deduzido das receitas para compor o FUNDEB, de R\$ 447 milhões, soma uma receita líquida de transferências correntes de R\$ 4,170 bilhões, conforme demonstrado na tabela 01.

---

<sup>1</sup> Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – É uma lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece as metas e prioridades da administração pública, as projeções de receitas e despesas, os critérios para a distribuição setorial e regional dos recursos para os Órgãos dos Poderes do Estado e Municípios; as diretrizes relativas à política de pessoal; as orientações para a elaboração de LOA; os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado e Municípios; as disposições sobre as alterações na legislação tributária; as políticas de aplicação das agências financeiras de desenvolvimento oficiais, apresentando o plano de prioridades das aplicações financeiras, destacando os projetos de maior relevância social (Constituição Estadual, art. 157, §2º).

<sup>2</sup> Lei Orçamentária Anual (LOA) – Lei que estima a receita e fixa a despesa para um determinado exercício.

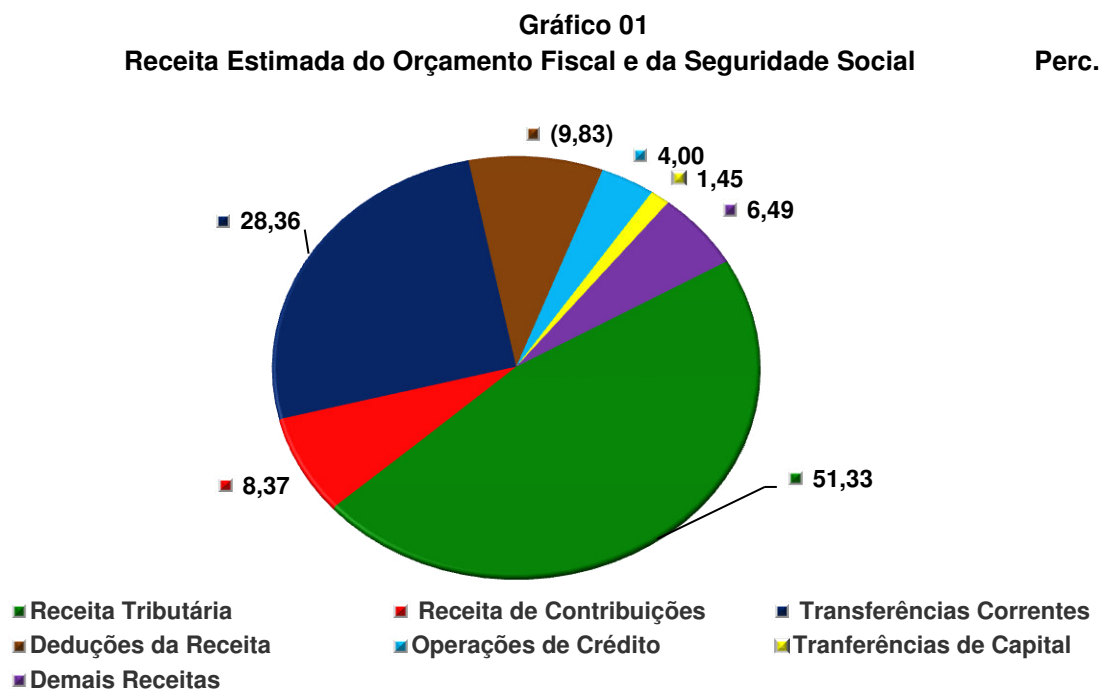
**Tabela 01**  
**Receita Estimada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social**

DESCRIÇÃO	RECEITA ESTIMADA	R\$ Mil PART. %
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14.931.577</b>	<b>91,71</b>
Receita Tributária	8.357.100	51,33
Receita de Contribuições	1.362.448	8,37
Receita Patrimonial	303.964	1,87
Receita Industrial	3.000	0,02
Receita de Serviços	148.757	0,91
Transferências Correntes	4.617.613	28,36
Outras Receitas Correntes	138.695	0,85
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>921.997</b>	<b>5,66</b>
Operações de Crédito	652.000	4,00
Alienação de Bens	1.000	0,01
Amortização de Empréstimos	100	0,00
Transferências de Capital	235.377	1,45
Outras Receitas de Capital	33.520	0,21
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>428.328</b>	<b>2,63</b>
Receita de Contribuições	384.030	2,36
Receita Patrimonial	3.763	0,02
Receita Industrial	9.600	0,06
Receita de Serviços	135	0,00
Outras Receitas Correntes	30.800	0,21
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>16.281.902</b>	<b>100,00</b>
<b>DEDUÇÕES DAS RECEITAS</b>	<b>(1.601.323)</b>	<b>(9,83)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA*</b>	<b>14.680.579</b>	<b>90,17</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

\* A receita líquida não deduz a distribuição de receita com os municípios.

No gráfico 01 são evidenciadas as cinco principais receitas, a dedução para o FUNDEB e as demais receitas.



## 1.2 Despesas Orçamentárias e Intraorçamentárias

Em conformidade com o Art. 3º da Lei nº. 4.420, de 30 de dezembro de 2016 – LOA, as despesas do orçamento fiscal e da seguridade social para o exercício de 2017 foram fixadas no valor de R\$ 14,680 bilhões, distribuídas por categorias econômicas, consolidando os Órgãos dos Poderes Executivo, incluindo a Defensoria Pública, Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas e Judiciário, incluindo o Ministério Público.

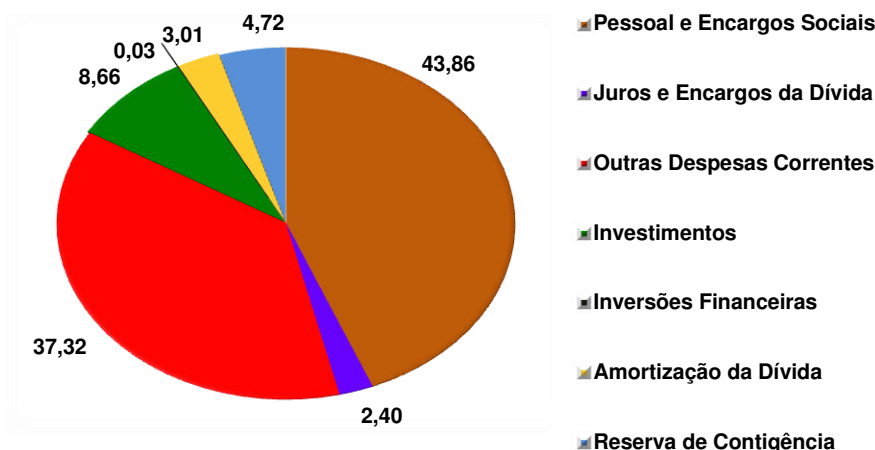
Destaca-se a despesa intraorçamentária modalidade 91 que foi fixada em R\$ 428 milhões, sendo R\$ 384 milhões em Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 44 milhões em Outras Despesas Correntes, conforme apresentado na tabela 02 e gráfico 02.

**Tabela 02**  
**Despesa Fixada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social**

CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESA FIXADA	R\$ Mil	PART. %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>12.269.425</b>		<b>83,58</b>
Pessoal e Encargos Sociais	6.437.845		43,86
d/q modalidade 91	384.030		2,62
Juros e Encargos da Dívida	352.965		2,40
Outras Despesas Correntes	5.478.615		37,32
d/q modalidade 91	44.298		0,30
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.718.327</b>		<b>11,70</b>
Investimentos	1.271.718		8,66
Inversões Financeiras	4.390		0,03
Amortização da Dívida	442.219		3,01
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>692.827</b>		<b>4,72</b>
d/q Reserva da Previdência	442.907		3,02
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>14.680.579</b>		<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI  
d/q = das quais

**Gráfico 02**  
**Despesa Fixada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social** Percentual



Nota: Considerando as modalidades 91

### 1.3 Alterações Orçamentárias

No exercício financeiro de 2017, o governo realizou alterações no orçamento inicial, que representaram um acréscimo de 15,41%, conforme demonstrado na tabela 03 a seguir:

**Tabela 03**  
**Créditos Iniciais e Adicionais**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	R\$ Mil
<b>1. ORÇAMENTO INICIAL</b>		<b>14.680.579</b>
<b>2. CRÉDITOS ADICIONAIS</b>		<b>6.651.762</b>
2.1 Suplementares		6.606.270
2.2 Especiais		45.492
<b>3. CRÉDITOS ANULADOS</b>		<b>4.389.355</b>
3.1 Orçamentários e Suplementares		4.389.355
<b>4. ORÇAMENTO AUTORIZADO (1+2-3)</b>		<b>16.942.985</b>
<b>ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO AO INICIAL (%)</b>		<b>15,41</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Na tabela 04, demonstram-se as alterações orçamentárias por grupo de despesa, evidenciando a variação entre o orçado inicial e o autorizado final. Destacam-se o grupo Inversões Financeiras, com a variação de 534,64% em relação ao crédito inicial, motivada, principalmente, pelo aporte de recursos para o Fundo Garantidor de PPP no valor de R\$ 20 milhões.

**Tabela 04**  
**Demonstrativo de Alterações Orçamentárias por Grupo de Despesa**

GRUPO DE DESPESA	ORÇAMENTO INICIAL	CRÉDITOS			AUTORIZADO	VAR. %
		SUPLEMEN-TARES	ESPECIAIS	ANULADOS		
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>12.269.425</b>	<b>4.945.539</b>	<b>1.492</b>	<b>2.914.249</b>	<b>14.302.207</b>	<b>16,57</b>
Pessoal e Encargos Sociais	6.437.845	1.604.058	0	955.156	7.086.747	10,08
Juros e Encargos da Dívida	352.965	31.754	0	57.077	327.641	(7,17)
Outras Despesas Correntes	5.478.615	3.309.728	1.492	1.902.016	6.887.819	25,72
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.718.327</b>	<b>1.660.731</b>	<b>44.000</b>	<b>1.243.518</b>	<b>2.179.540</b>	<b>26,84</b>
Investimentos	1.271.718	1.543.922	44.000	1.139.256	1.720.384	35,28
Inversões Financeiras	4.390	37.078	0	13.608	27.861	534,64
Amortização da Dívida	442.219	79.731	0	90.654	431.295	(2,47)
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>692.827</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>231.588</b>	<b>461.238</b>	<b>(33,43)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>14.680.579</b>	<b>6.606.270</b>	<b>45.492</b>	<b>4.389.355</b>	<b>16.942.985</b>	<b>15,41</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

---

## 2 GESTÃO DA RECEITA

### 2.1 Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias

As receitas são representadas pelos recursos que ingressaram nos cofres públicos pela SEFAZ de forma centralizada e pelos Órgãos, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas dependentes do Governo do Estado.

Em 2017, a receita bruta arrecadada foi de R\$ 17,328 bilhões. Considerando as deduções para o FUNDEB, no montante de R\$ 1,749 bilhão, tem-se uma receita líquida de R\$ 15,578 bilhões que, comparada a receita estimada de R\$ 14,680 bilhões, apresenta um superávit nominal de 6,12%, ou R\$ 898 milhões.

A receita corrente bruta representa 94,85%, com R\$ 16,435 bilhões, sendo as receitas de origem tributária as mais significativas, com R\$ 9,046 bilhões ou 52,21%. Considerando as deduções do FUNDEB, de R\$ 1,246 bilhão nesta origem, chega-se a uma receita tributária líquida de R\$ 7,800 bilhões.

As transferências correntes brutas também representam valores expressivos, com R\$ 5,190 bilhões ou 29,95%. Considerando as deduções do FUNDEB, de R\$ 485 milhões nesta origem, temos uma receita líquida de R\$ 4,705 bilhões.

Destaca-se o grupo Outras Receitas Correntes, com variação positiva de 98,27% ou R\$ 136 milhões. Este acréscimo refere-se basicamente às receitas de restituições, no valor de R\$ 35 milhões, e às de recuperação da dívida ativa, no valor de R\$ 50 milhões.

As Receitas Intraorçamentárias foram na ordem de R\$ 562 milhões, em atendimento a Portaria Interministerial STN/SOF nº 338, de 26 de abril de 2006, a fim de eliminar a dupla contagem no levantamento dos balanços e demais demonstrações contábeis.

Na tabela 05 e gráfico são demonstradas a receita estima e arrecadada por categoria econômica.

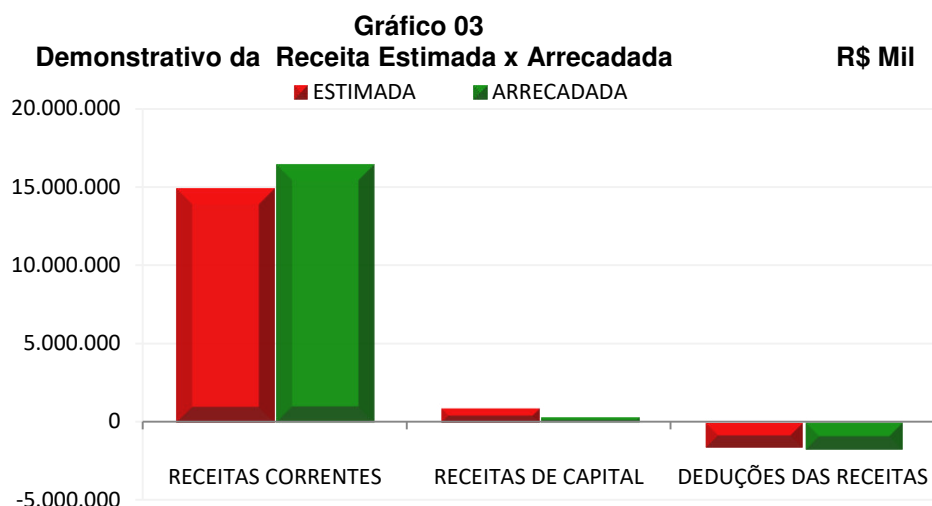
**Tabela 05**  
**Execução da Receita por Categoria**

CATEGORIA ECONÔMICA/ORIGEM	RECEITA			R\$ Mil	
	ESTIMADA	ARRECADADA	VARIAÇÃO	VAR.	PART.
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14.931.577</b>	<b>16.435.707</b>	<b>1.504.130</b>	<b>10,07</b>	<b>94,85</b>
Tributária	8.357.100	9.046.455	689.355	8,25	52,21
De Contribuições	1.362.448	1.534.538	172.090	12,63	8,86
Patrimonial	303.964	223.152	(80.812)	(26,59)	1,29
Industrial	3.000	1.980	(1.020)	(34,01)	0,01
De Serviços	148.757	164.090	15.333	10,31	0,95
Transferências Correntes	4.617.613	5.190.497	572.884	12,41	29,95
Outras Receitas Correntes	138.695	274.995	136.300	98,27	1,59
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>921.997</b>	<b>330.687</b>	<b>(591.310)</b>	<b>(64,13)</b>	<b>1,91</b>
Operações de Crédito	652.000	203.221	(448.779)	(68,83)	1,17
Alienações de Bens	1.000	1.391	391	39,14	0,01
Amortização de Empréstimos	100	0	(100)	(100,00)	0,00
Transferência de Capital	235.377	87.965	(147.412)	(62,63)	0,51
Outras Receitas de Capital	33.520	38.109	4.589	13,69	0,22
<b>RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>428.328</b>	<b>562.065</b>	<b>133.737</b>	<b>31,22</b>	<b>3,24</b>
De Contribuições	384.030	533.623	149.593	38,95	3,08
Patrimonial	3.763	2.237	(1.526)	(40,57)	0,01
Industrial	9.600	8.931	(669)	(6,97)	0,05
De Serviços	135	0	(135)	(100,00)	0,00
Outras Receitas Correntes	30.800	17.275	(13.525)	(43,91)	0,10
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>16.281.902</b>	<b>17.328.459</b>	<b>1.046.557</b>	<b>6,43</b>	<b>100,00</b>
<b>DEDUÇÕES DAS RECEITAS</b>	<b>(1.601.323)</b>	<b>(1.749.765)</b>	<b>(148.442)</b>	<b>9,27</b>	<b>(10,10)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>14.680.579</b>	<b>15.578.694</b>	<b>898.115</b>	<b>6,12</b>	<b>89,90</b>

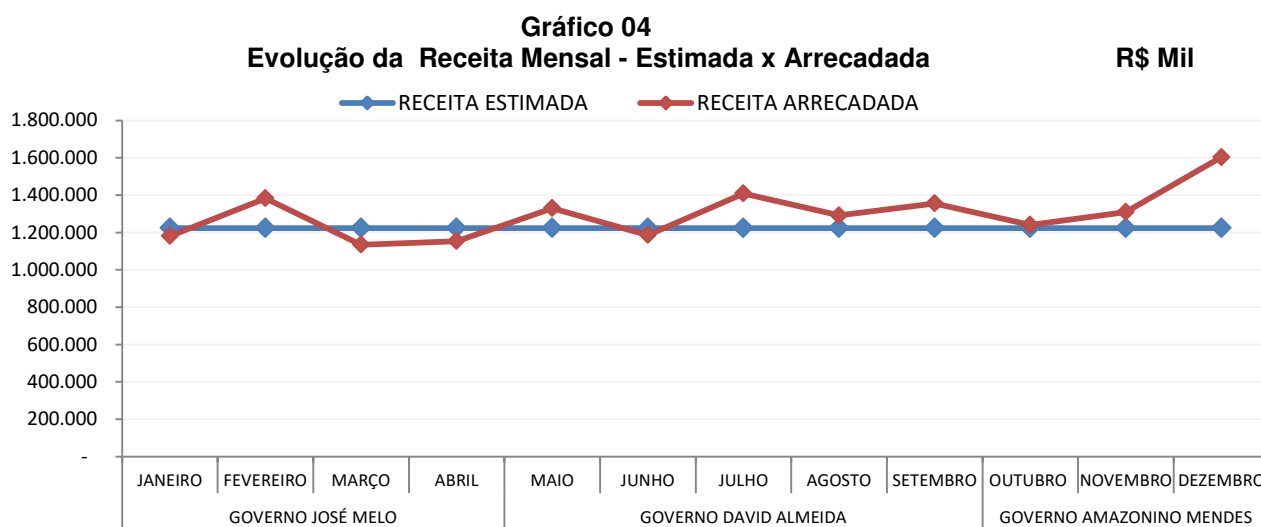
Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: Considerando as Receitas Intraorçamentárias



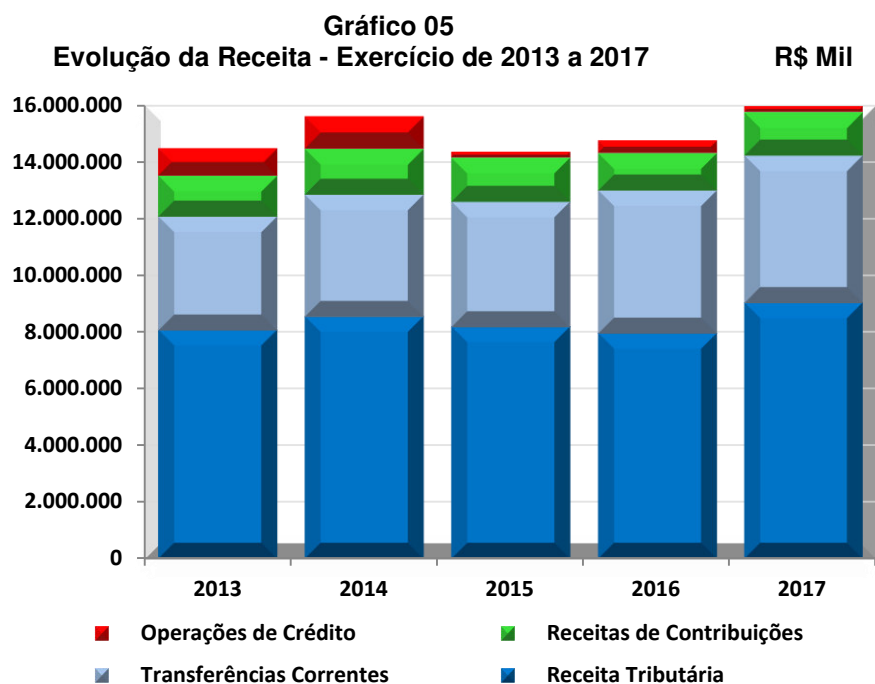


No exercício de 2017 o Amazonas passou pela gestão de três governos. No gráfico 04 é apresentada a evolução da receita mensal, comparando a receita estimada com a arrecadada, já deduzidos os valores para compor o FUNDEB.



No relatório de Evolução da Receita, em anexo, demonstra-se a arrecadação mensal de 2017 por natureza da receita.

No gráfico 05, é apresentada a evolução das principais receitas nos últimos cinco exercícios.



Na tabela 06, apresenta-se a evolução das receitas realizadas no período de 2013 a 2017, em valores correntes, em que o total arrecadado de 2017 apresentou uma variação nominal positiva de 7,20% ante 2013, e uma variação positiva de 0,89% em relação a 2016, considerando as receitas intraorçamentárias e a dedução do FUNDEB.

**Tabela 06**  
**Evolução da Receita – 2013 a 2017**

R\$ Mil

CATEGORIA ECONÔMICA /ORIGEM	EXERCÍCIO					VAR. %	
	2013	2014	2015	2016	2017	2017/ 2013	2017/ 2016
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14.170.239</b>	<b>15.096.529</b>	<b>14.952.471</b>	<b>15.858.552</b>	<b>16.435.707</b>	<b>15,99</b>	<b>3,64</b>
Receita Tributária	8.082.887	8.555.229	8.195.048	7.965.906	9.046.455	11,92	13,56
Rec. de Contribuições	1.445.580	1.610.289	1.561.200	1.321.896	1.534.538	6,15	16,09
Receita Patrimonial	248.103	284.900	289.104	651.139	223.152	(10,06)	(65,73)
Receita Industrial	2.159	2.199	2.490	2.380	1.980	(8,29)	(16,82)
Receita de Serviços	154.365	172.348	200.802	147.889	164.090	6,30	10,95
Transfer. Correntes	4.018.167	4.319.709	4.424.454	5.057.645	5.190.497	29,18	2,63
Outras Rec. Correntes	218.978	151.856	279.372	711.698	274.995	25,58	(61,36)
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.548.083</b>	<b>1.674.796</b>	<b>446.322</b>	<b>615.770</b>	<b>330.687</b>	<b>(78,64)</b>	<b>(46,30)</b>
Operações de Crédito	962.017	1.130.416	206.513	433.874	203.221	(78,88)	(53,16)
Alienação de Bens	225	1.715	198	689	1.391	518,16	101,94
Amortiz. Empréstimos	103	175	103	69	0	(100,00)	(100,00)
Transfer. de Capital	210.628	317.403	132.166	141.975	87.965	(58,24)	(38,04)
Outras Rec. de Capital	375.110	225.086	107.343	39.163	38.109	<b>(89,84)</b>	<b>(2,69)</b>
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>346.096</b>	<b>390.588</b>	<b>443.858</b>	<b>587.470</b>	<b>562.065</b>	<b>62,40</b>	<b>(4,32)</b>
De Contribuições	295.920	356.511	407.058	549.903	533.623	80,33	(2,96)
Patrimonial	1.714	1.530	3.616	2.297	2.237	30,49	(2,63)
Industrial	12.794	13.000	9.417	9.505	8.931	(30,19)	(6,04)
Outras Rec. Correntes	35.667	19.548	23.766	25.765	17.275	(51,57)	(32,95)
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>16.064.419</b>	<b>17.161.913</b>	<b>15.842.651</b>	<b>17.061.793.</b>	<b>17.328.459</b>	<b>7,87</b>	<b>1,56</b>
<b>DEDUÇÕES DAS RECEITAS</b>	<b>(1.531.787)</b>	<b>(1.616.158)</b>	<b>(1.590.690)</b>	<b>(1.621.262)</b>	<b>(1.749.765)</b>	<b>14,23</b>	<b>7,93</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>14.532.631</b>	<b>15.545.755</b>	<b>14.251.961</b>	<b>15.440.531</b>	<b>15.578.694</b>	<b>7,20</b>	<b>0,89</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: Valores, não foram deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios.

Em 2016 foram transferidos R\$ 1,749 bilhão para compor o FUNDEB. A principal origem foi a arrecadação do ICMS, com R\$ 1,229 bilhão, representando 70,26%, seguida do FPE, com R\$ 477 milhões e participação de 27,29%. Na tabela 07 demonstram-se as origens da receita que compõe o FUNDEB do período de 2013 a 2017. Destacamos ainda o retorno e a perda do FUNDEB.

**Tabela 07**  
**Dedução da Receita para o FUNDEB – 2013 a 2017**

FONTE	EXERCÍCIOS					R\$ Mil
	2013	2014	2015	2016	2017	
ICMS e Acessórias	1.126.840	1.172.383	1.123.683	1.066.059	1.229.448	
IPVA e Acessórias	24.564	28.185	30.301	30.076	31.950	
ITCMD e Acessórias	1.352	1.781	1.823	1.617	2.961	
FPE	371.850	405.209	426.273	516.262	477.485	
IPI	4.233	5.652	5.662	4.300	4.972	
Lei Kandir	2.948	2.948	2.948	2.948	2.948	
<b>Dedução para o FUNDEB (1)</b>	<b>1.531.787</b>	<b>1.616.158</b>	<b>1.590.690</b>	<b>1.621.262</b>	<b>1.749.765</b>	
<b>Retorno do FUNDEB (2)</b>	<b>980.112</b>	<b>1.045.215</b>	<b>1.014.642</b>	<b>1.015.403</b>	<b>1.123.201</b>	
<b>Perda do FUNDEB (1-2)</b>	<b>551.675</b>	<b>570.943</b>	<b>576.048</b>	<b>605.859</b>	<b>626.564</b>	

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

## 2.2 Receitas por Fonte de Recurso

A classificação orçamentária por fontes de recursos tem como objetivo identificar a origem de financiamento dos gastos públicos e seu gerenciamento. Na tabela 06, apresenta-se a receita por fonte de recurso, comparando a receita estimada com a arrecadada e seus percentuais de variação e participação, já deduzidos os valores para compor o FUNDEB.

Em 2017 o Amazonas publicou a Lei nº 4.454, de 31 de Março de 2017, que institui o adicional nas alíquotas do ICMS destinado à erradicação da pobreza. Para operacionalização e controle da origem e destinação da receita arrecadada com base nesta Lei, foi criada a fonte de recurso 118 - FECOP – Fundo Estadual de Combate a Pobreza.

A Fonte 146 - Recursos do FUNDEB é a terceira maior receita, com R\$ 1,812 bilhão ou 11,63% de participação. Deste montante R\$1,123 bilhão corresponde à receita do FUNDEB derivada de tributos estaduais, R\$ 673 milhões à complementação da União e R\$ 16 milhões à receita de rendimento de aplicação e restituições. Para aprimorar o controle na origem e destinação dos recursos do FUNDEB foi detalhada, neste exercício, a fonte 146 - FUNDEB, sendo a fonte 1464702 destinada ao FUNDEB e a 1464704 para a

complementação da União. Na tabela 08 apresenta-se a receita arrecadada por fonte de recurso.

**Tabela 08**  
**Execução da Receita por Fonte de Recurso**

**R\$ Mil**

FONTE	FONTE DE RECURSO	RECEITA			PERC. %	
		ESTIMADA	ARRECADADO	VARIAÇÃO	VAR.	PART.
100	Recursos Ordinários	7.411.739	8.020.098	608.359	8,21	51,48
110	Recursos de Dep. Judiciais da LC 151/2015	0,00	57.034	57.034	0,00	0,37
115	Alienação de Bens	1.000	1.523	523	52,28	0,01
116	Contrib. P/ o Desenvol.do Ensino Superior	329.072	368.688	39.616	12,04	2,37
117	Contribuição p/ Infraest. Básica, Econ. e Social	1.000	2.297	1.297	129,71	0,01
118	Recursos do FECOP	0,00	17.114	17.114	0,00	0,11
121	Fundo de Part. dos Est. e Dist. Federal - FPE	1.760.000	1.910.028	150.028	8,52	12,26
127	Contribuição do Salário-Educação	58.000	54.765	(3.235)	(5,58)	0,35
130	Contrib. de Interv. do Domínio Econômico	41.000	26.982	(14.018)	(34,19)	0,17
140	Inden. P/Utiliz. de Rec. Híd. e Explor. Minerais	10.550	15.254	4.704	44,58	0,10
145	Recursos do Royalties sobre o Petróleo	170.700	180.485	9.785	5,73	1,16
146	Recursos do FUNDEB	1.510.000	1.812.038	302.038	20,00	11,63
150	Outras Transferências de Recursos Federais	40.540	37.724	(2.816)	(6,95)	0,24
155	Recursos de Transf. Financeira LC 87/96	11.792	11.792	0,00	0,00	0,08
160	Recursos do FTI	621.378	737.757	116.379	18,73	4,74
170	Recursos do FMPES	88.050	89.478	1.428	1,62	0,57
201	Recursos Diretamente Arrecadados	270.225	303.597	33.372	12,35	1,95
210	Acordos - Pepsi-Cola	5.000	7.222	2.222	44,44	0,05
211	Acordos - Recofarma	5.000	32.751	27.751	555,02	0,21
212	Acordos - Visteon	0,00	48	48	0,00	0,00
213	Acordos - Manaus Refrigerante	0,00	3	3	0,00	0,00
220	Transf. p/ Invest. em Desenv. Social - AMBEV	1.000	4.442	3.442	344,16	0,03
230	Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	506.405	544.357	37.952	7,49	3,49
240	Transferências do FNAS	1.000	3.904	2.904	290,36	0,03
250	Transferências do FNDE	62.300	83.567	21.267	34,14	0,54
261	Fundo Financeiro - RPPS	392.263	534.199	141.936	36,18	3,43
262	Fundo Previdenciário - RPPS	454.454	379.172	(75.282)	(16,57)	2,43
271	Operações de Crédito Internas	52.000	125.508	73.508	141,36	0,81
275	Operações de Crédito Externas	600.000	77.713	(522.287)	(87,05)	0,50
280	Convênios	145.960	77.559	(68.401)	(46,86)	0,50
285	Outras Fontes	109.096	28.427	(80.669)	(73,94)	0,18
295	Transferências de Entidades Internacionais	5	22	17	349,03	0,00
296	Doações de Pessoas ou Inst. Priv. Nacionais	20.050	32.087	12.037	60,03	0,21
297	Doação p/ Prog. Social de Desenv. Humano	1.000	1.059	59	0,00	0,01
<b>TOTAL</b>		<b>14.680.579</b>	<b>15.578.694</b>	<b>898.115</b>	<b>6,12</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: Considerando as Receitas Intraorçamentárias e a dedução do FUNDEB.

## 2.3 Receita Tributária

As receitas tributárias são provenientes de impostos e taxas arrecadadas. Na tabela 09, demonstram-se as receitas tributárias brutas, que totalizaram R\$ 9,046 bilhões no exercício de 2017, apresentando um superávit nominal de R\$ 1,080 bilhão em relação a 2016, ou 13,56%. Considerando as deduções do FUNDEB, de R\$ 1,246 bilhão nesta origem, chega-se a uma receita tributária líquida de R\$ 7,800 bilhões. Fica evidenciado que a fonte de maior participação na receita tributária do Estado é o ICMS, com 89,38% do total, ao mesmo tempo em que apresenta o maior superávit nominal, com R\$ 1,031 bilhão.

**Tabela 09**  
**Comparativo da Receita Tributária**

R\$ Mil

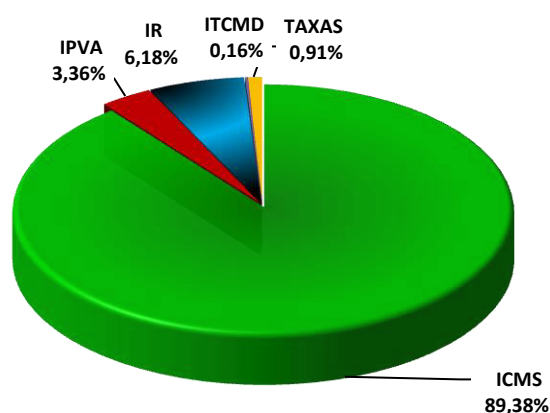
FONTE	ARRECADADO		%	
	2016	2017	PART.	VARIAÇÃO
<b>IMPOSTOS</b>	<b>7.883.354</b>	<b>8.964.121</b>	<b>99,09</b>	<b>13,71</b>
IR Retido na Fonte	537.225	559.368	6,18	4,12
ICMS	7.053.999	8.085.783	89,38	14,63
IPVA	284.052	304.172	3,36	7,08
ITCMD	8.079	14.798	0,16	83,16
<b>TAXAS</b>	<b>82.552</b>	<b>82.334</b>	<b>0,91</b>	<b>(0,26)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7.965.906</b>	<b>9.046.455</b>	<b>100,00</b>	<b>13,56</b>

Fonte: AFI – Sistema de Administração Financeira

Nota: Valores brutos, não deduzido o FUNDEB e as participações dos Municípios.

No gráfico a seguir, são apresentadas as Receitas Tributárias e suas participações.

**Gráfico 06**  
**Demonstrativo da Receita Tributária 2017 Percentual**



A Secretaria de Estado da Fazenda vem dando continuidade ao desenvolvimento de projetos voltados à modernização da administração tributária. Dentre as principais medidas tomadas destacam-se:

- Como medidas de combate à sonegação fiscal, a SEFAZ por meio da Secretaria Executiva da Receita, realizou o mapeamento e intensificou o controle ostensivo de entrada e saída de mercadorias no Amazonas. Também ampliou o monitoramento fiscal dos 30 maiores contribuintes identificados em malha fiscal com insuficiência de desempenho de arrecadação;
- Como medida de controle, realizou ações fiscais específicas a fim de reduzir a inadimplência de contribuintes através da cobrança no estabelecimento. Também acompanhou, em tempo real, operações realizadas pelas empresas dos setores de combustíveis (inclusive de importação), bebidas não alcoólicas, bebidas alcoólicas, transporte, energia elétrica, comunicações e telecomunicações. Realizou ainda operações fiscais de prospecção na orla de Manaus.
- No combate à inadimplência, iniciou a cobrança imediata de débitos de ICMS inadimplentes correspondentes ao período de 2013 a outubro de 2017. Também identificou e iniciou a cobrança de débitos vencidos em 2012 referentes ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e de débitos vencidos desde 2012 do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).
- Em relação aos produtos importados, a fim de ampliar a arrecadação a Sefaz adotou novas medidas a partir de outubro de 2017, como a apresentação de ofício das notas fiscais notificáveis não apresentadas à Secretaria, com prazo de pendência superior a 60 dias, no caso de mercadoria nacional. Também promove a reanálise seletiva de notas fiscais de períodos anteriores e a reavaliação parcial das parametrizações do sistema de desembaraço.
- A SEFAZ restabeleceu o serviço de comunicação automática com a Receita Federal, para obtenção das informações referentes às Declarações de Importações (DIs), e promove o cruzamento das DIs recebidas dos contribuintes com as transmitidas pela Receita Federal.
- Nos meses de outubro e novembro de 2017 o Departamento de Arrecadação executou ações direcionadas à quantificação de débitos que se encontravam "em

aberto”, sem nenhuma fase de cobrança iniciada nos últimos 5 anos, dando início a seu devido tratamento legal, com o fim de evitar sua decadência.

- Campanha Nota Fiscal Amazonense (NFA), implantada em agosto de 2015 pelo Governo do Amazonas, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda. O objetivo principal da campanha é tornar a exigência dos documentos fiscais eletrônicos um hábito por parte dos cidadãos, por meio de estímulo, na forma de premiações, aos consumidores e as entidades sociais sem fins lucrativos credenciadas, permitindo assim incentivar as empresas socialmente responsáveis, pelo destaque como participantes da campanha e pelo combate à concorrência desleal.

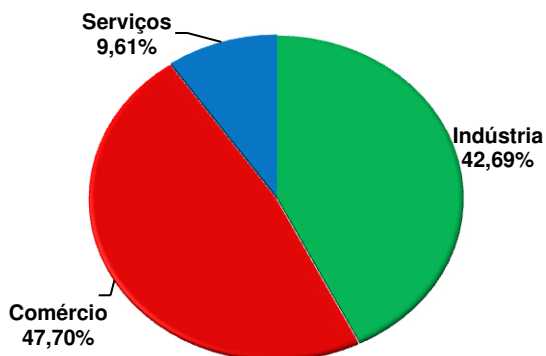
Na tabela 10 e gráfico 07 é apresentada a arrecadação do ICMS por setor econômico, sendo o setor do Comércio o de maior participação, com R\$ 3,857 bilhões, ou 47,70%, apresentado uma variação nominal positiva ante 2016 de 21,10%, ou R\$ 672 milhões.

**Tabela 10**  
**Receita de ICMS por Setor Econômico – 2017**

SETOR ECONÔMICO	RECEITA		PART. %	VAR. %
	2016	2017		
Indústria	3.077.307	3.451.403	42,69	12,16
Comércio	3.185.188	3.857.336	47,70	21,10
Serviço	791.504	777.044	9,61	(1,83)
<b>TOTAL</b>	<b>7.053.999</b>	<b>8.085.783</b>	<b>100,00</b>	<b>14,63</b>

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

**Gráfico 07**  
**Receita de ICMS por Setor Econômico – 2017** Percentual





Demonstra-se na tabela 11 e gráfico 08 a evolução das receitas tributárias, em valores correntes, no período de 2013 a 2017, que apresentou uma variação nominal positiva de 11,92% ante 2013 e 13,56% em relação ao ano de 2016.

A receita do ICMS de 2017 apresentou um acréscimo nominal comparado a 2016 de R\$ 1,031 bilhão, representando 14,63% e um acréscimo nominal comparado a 2013 de R\$ 660 milhões, representando 8,89%. Este resultado se deve ao início da recuperação econômica nos setores da indústria e do comércio após a crise econômica vivida no país.

Na receita do IPVA de 2017, o acréscimo nominal comparado a 2016 foi de R\$ 20 milhões, o que evidencia uma variação nominal positiva de 7,08%. Em relação a 2013 o crescimento nominal foi de R\$ 70 milhões, representando uma variação de 30,26%.

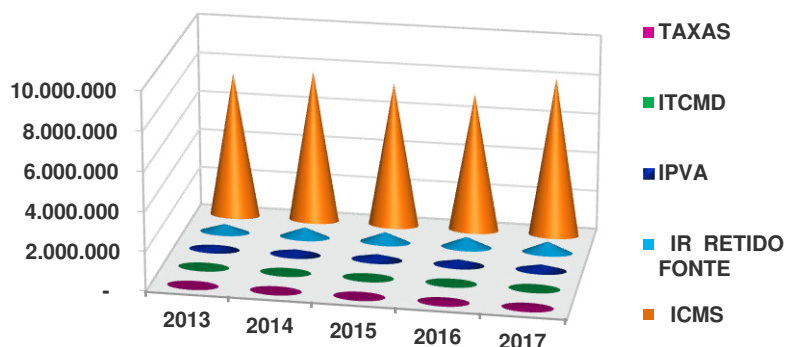
**Tabela 11**  
**Evolução da Receita Tributária – 2013 a 2017**

FONTE	EXERCÍCIO					PART. %	VAR.%	
	2013	2014	2015	2016	2017		2017/ 2013	2017/ 2016
	<b>IMPOSTOS</b>	<b>8.078.862</b>	<b>8.543.429</b>	<b>8.187.708</b>	<b>7.883.354</b>		<b>8.964.121</b>	<b>99,09</b>
IR RETIDO FONTE	412.830	498.054	515.969	537.225	559.368	6,18	35,50	4,12
ITCMD	6.761	9.059	9.113	8.079	14.798	0,16	118,87	83,17
IPVA	233.518	267.259	287.025	284.052	304.172	3,36	30,26	7,08
ICMS	7.425.754	7.769.057	7.375.601	7.053.999	8.085.783	89,38	8,89	14,63
<b>TAXAS</b>	<b>4.025</b>	<b>11.800</b>	<b>7.340</b>	<b>82.552</b>	<b>82.334</b>	<b>0,91</b>	<b>1.945,63</b>	<b>(0,26)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8.082.887</b>	<b>8.555.229</b>	<b>8.195.048</b>	<b>7.965.906</b>	<b>9.046.455</b>	<b>100,00</b>	<b>11,92</b>	<b>13,56</b>

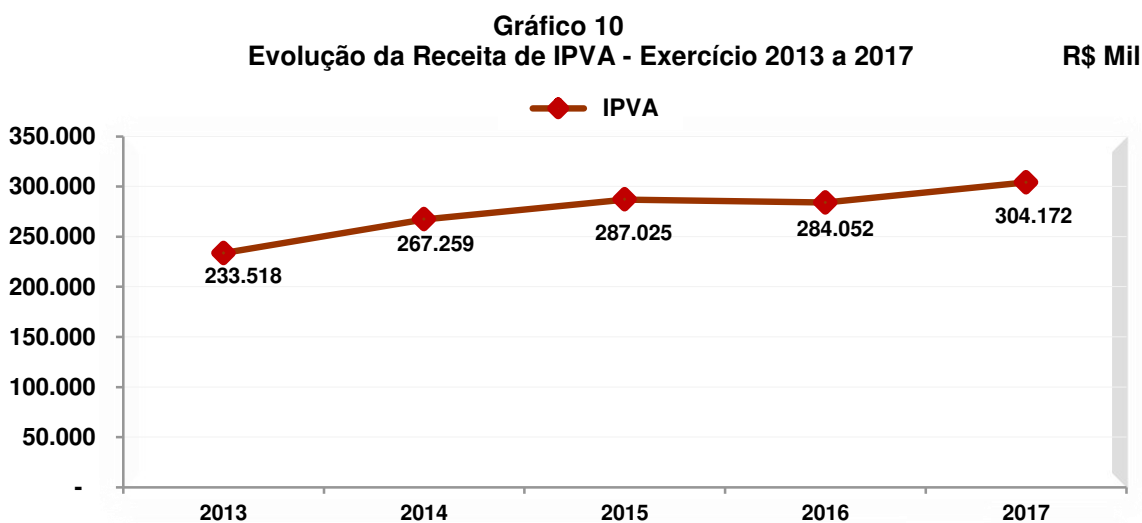
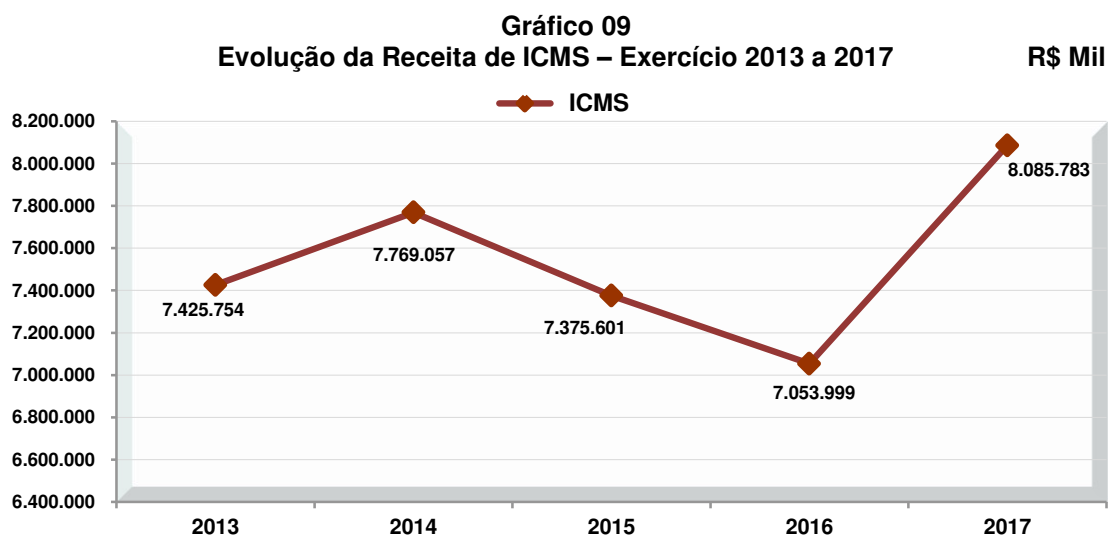
Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: Valores Brutos, não deduzido o FUNDEB e as participações constitucionais e legais dos Municípios.

**Gráfico 08**  
**Evolução da Receita Tributária - Exercício 2013 a 2017**



Nos gráficos 09 e 10, apresenta-se a evolução das duas principais receitas tributárias de competência do Estado, ICMS e IPVA arrecadadas no período de 2013 a 2017, em valores correntes.



## 2.4 Transferências Correntes

O total arrecadado com Transferências Correntes, no exercício de 2017 foi de R\$ 5,190 bilhões. Comparado a 2016 houve um acréscimo nominal de R\$ 132 milhões, ou 2,63%, conforme demonstrado na tabela 12.

As Transferências da União apresentaram a maior participação, com 63,66%, e uma variação nominal negativa ante 2016 de R\$ 324 milhões, ou 8,93%.

A Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE foi a fonte com maior destaque dentre as Transferências Correntes, com participação de 46,00% do total, apresentando um decréscimo nominal de R\$ 193 milhões, equivalente a 7,51% ante 2016.

As Transferências Multigovernamentais, que demonstram os valores recebidos pelo Estado a título de retorno do FUNDEB e da complementação, tiveram participação de 34,60% do total das transferências, apresentando uma variação nominal positiva de R\$ 424 milhões, ou seja, 30,96% ante 2016.

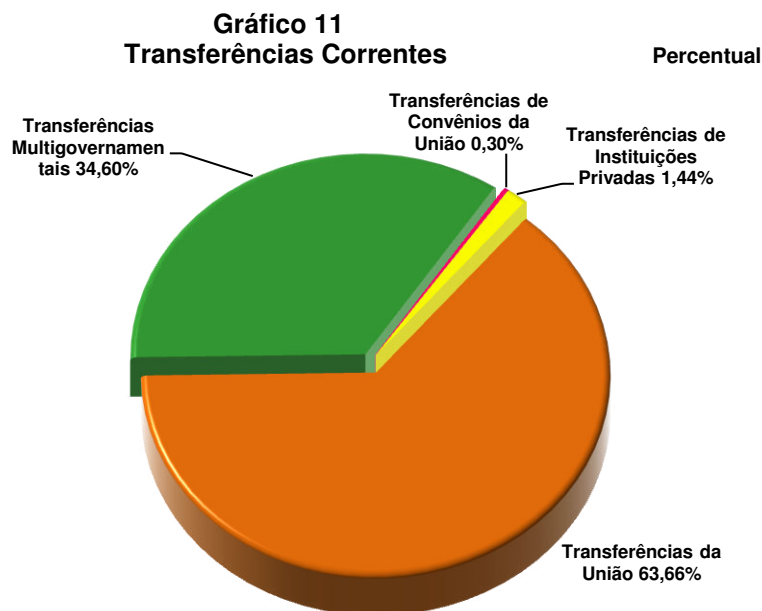
**Tabela 12**  
**Transferências Correntes**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR ARRECADADO		R\$ Mil	
	2016	2017	%	
			PART.	VAR.
<b>Transferências da União</b>	<b>3.628.375</b>	<b>3.304.188</b>	<b>63,66</b>	<b>(8,93)</b>
Cota-parte do F.P.E.	2.581.311	2.387.426	46,00	(7,51)
Cota-parte do I.P.I.	28.664	33.149	0,64	15,65
Cota-parte da CIDE	18.824	25.001	0,48	32,81
Transf. Financeiras - L.C. 87/96(Lei Kandir)	14.740	14.740	0,28	0,00
Cota-parte Fundo Especial Petróleo – FEP/ Royalties	258.293	187.731	3,62	(27,32)
Transferências de Recursos do SUS	550.430	515.536	9,93	(6,34)
Transferências de Recursos do FNDE	97.647	121.462	2,34	24,39
Transferências de Recursos do FNAS	2.661	3.550	0,07	33,42
Outras Transferências da União	75.805	15.592	0,30	(79,43)
<b>Transferências Multigovernamentais</b>	<b>1.371.270</b>	<b>1.795.800</b>	<b>34,60</b>	<b>30,96</b>
<b>Transferências de Instituições Privadas</b>	<b>44.188</b>	<b>74.704</b>	<b>1,44</b>	<b>69,06</b>
<b>Transferências do Exterior</b>	<b>8</b>	<b>13</b>	<b>0,00</b>	<b>65,98</b>
<b>Transferências de Pessoas</b>	<b>28</b>	<b>3</b>	<b>0,00</b>	<b>(90,96)</b>
<b>Transferências de Convênios da União</b>	<b>13.668</b>	<b>15.760</b>	<b>0,30</b>	<b>15,30</b>
<b>Transferências de Convênios dos Municípios</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Transferências de Convênios de Instituições Privadas</b>	<b>106</b>	<b>26</b>	<b>0,00</b>	<b>(75,57)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.057.645</b>	<b>5.190.497</b>	<b>100,00</b>	<b>2,63</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: Valores Brutos, não deduzidas as participações dos Municípios.

No gráfico 11, apresentam-se as principais participações de transferências correntes, destacando-se as Transferências da União com maior percentual de participação.



Na tabela 13, são demonstradas as Transferências de Convênios da União e suas Entidades no exercício de 2017, que representam os recursos recebidos para execução de convênios pelo Estado, totalizando R\$ 15 milhões, já acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras. As maiores participações foram da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, com R\$ 4 milhões, ou 27,95% do total, da Fundação de Medicina Tropical – FMT, com R\$ 3 milhões, ou 23,43%, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas – CBMAM, com R\$ 2 milhões, ou 16,85% e da Fundação Universidade do Estado do Amazonas – UEA, com R\$ 2 milhões, ou 15,91%, que correspondem a 60,71% do total.

A Fundação de Medicina Tropical – FMT recebeu transferências de convênios de Instituições Privadas no valor de R\$ 13 milhões, enquanto Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM recebeu transferências de Convênios dos Municípios e de suas entidades no valor de R\$ 4 milhões.

**Tabela 13**  
**Transferências de Convênios da União e suas Entidades**

ÓRGÃO	R\$ Mil	
	VALOR	PART. %
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM	4.405	27,95
Fundação de Medicina Tropical "Doutor Heitor Vieira Dourado" - FMT/AM	3.692	23,43
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM	2.655	16,85
Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA	2.507	15,91
Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA	629	3,99
Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB	326	2,07
Instituto de Desenv. Agropecuário e Florestal Sustentável do Est. do Amazonas - IDAM	289	1,84
Secretaria de Estado de Cultura - SEC	283	1,79
Secretaria de Estado de Planej. Desenv. Ciência, Tecnologia e Inovação - SEPLANCTI	248	1,57
Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer - SEJEL	185	1,18
Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON	157	0,99
Secretaria de Estado De Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - SEJUSC	138	0,88
Fundação de Dermatologia Tropical e Venerologia "Alfredo da Matta" - FUAM	81	0,52
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP	59	0,38
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC	30	0,19
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP	23	0,14
Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHMOAM	21	0,13
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS	21	0,13
Procuradoria Geral de Justiça - PGE	8	0,05
<b>TOTAL</b>	<b>15.760</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

## 2.5 Receitas de Capital

Na tabela 14 apresentam-se as Receitas de Capital arrecadadas pelo Estado, que totalizaram R\$ 330 milhões, apresentando uma variação nominal negativa de R\$ 285 milhões, ou 46,30% em relação a 2016.

No exercício de 2017 as Receitas de Operações de Créditos, ou seja, recursos a título oneroso, recebidos para custear os investimentos que o Estado vem implementando, totalizaram R\$ 203 milhões, com participação de 61,45% do total das receitas de capital, apresentando uma variação negativa de 53,16% ante 2016.

As receitas de Alienação de Bens são compostas de vendas de ativos permanentes, bens móveis e imóveis inservíveis ou desnecessários para o Estado, e totalizaram R\$ 1 milhão, com participação 0,42% do total das receitas de capital e variação positiva de 101,94% ante 2016.

As receitas de Transferências de Capital são constituídas de Transferências Intergovernamentais de convênios recebidos da União e suas entidades, dos municípios e de instituições privadas nacionais e internacionais, e totalizaram R\$ 87 milhões, com participação de 26,60% do total das receitas de capital e variação negativa de 38,04% ante 2016.

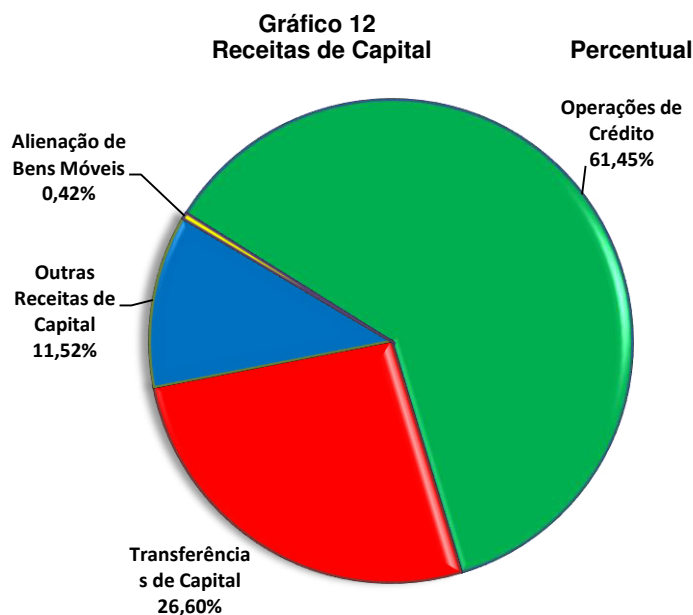
As Outras Receitas de Capital totalizaram R\$ 38 milhões. Referem-se à Lei Federal nº 9.478/97, art. 52, que determina o recolhimento de 1% da produção de petróleo e gás natural realizada pela PETROBRAS em terras do Estado do Amazonas, às parcelas recebidas dos títulos CVS do Fundo Previdenciário da Fundação AMAZONPREV e às restituições de operações de crédito para o Tesouro.

**Tabela 14**  
**Receitas de Capital** **R\$ Mil**

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADO		%	
	2016	2017	PART.	VAR.
Operações de Crédito	433.874	203.221	61,46	(53,16)
Alienação de Bens Móveis	689	1.391	0,42	101,94
Amortização de Empréstimos	69	0	0,00	(100,00)
Transferências de Capital	141.975	87.965	26,60	(38,04)
Outras Receitas de Capital	39.163	38.109	11,52	(2,69)
<b>TOTAL</b>	<b>615.770</b>	<b>330.687</b>	<b>100,00</b>	<b>(46,30)</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 12, são apresentadas as Receitas de Capital e seus percentuais de participação.



### 2.5.1 Operações de Crédito

Na tabela 15 a seguir, demonstram-se as operações de crédito recebidas pelo Estado em 2017, que totalizaram R\$ 203 milhões. As operações internas somaram R\$ 125 milhões e foram contratadas através da Caixa Econômica Federal – CEF e Banco do Brasil – BB. As operações externas somaram R\$ 77 milhões, sendo contratadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

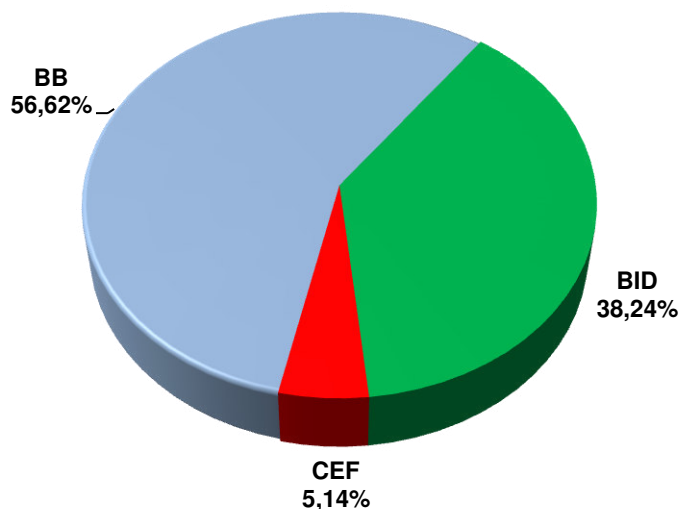
**Tabela 15**  
**Demonstrativo de Operações de Crédito**

			R\$ Mil
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	CREDOR	VALOR	PART. %
<b>INTERNA</b>		<b>125.508</b>	<b>61,76</b>
Projeto Avenida das Torres com AM 010	CEF	10.284	5,06
Pró Moradia I e II	CEF	161	0,08
PROINVEST	BB	115.063	56,62
<b>EXTERNA</b>		<b>77.713</b>	<b>38,24</b>
Programa de Saneamento Integrado de Maués - PROSAIMAUÉS	BID	7.674	3,78
PROSAMIM III	BID	70.040	34,46
<b>TOTAL</b>		<b>203.221</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 13 apresentam-se as operações de crédito recebidas por credor, sendo R\$ 155 milhões ou 56,62% do Banco do Brasil – BB, R\$ 77 milhões ou 38,24% do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e R\$ 10 milhões ou 5,14% da Caixa Econômica Federal – CEF.

**Gráfico 13**  
**Operações de Créditos por Agente Financeiro Percentual**



## 2.5.2 Transferências de Capital

Na tabela 16, demonstram-se os convênios recebidos da União e suas entidades em 2017 pelos órgãos da administração estadual, já acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira, os quais totalizaram R\$ 61 milhões. Destacam-se as participações da Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA, que recebeu R\$ 30 milhões ou 48,85%, da Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR, com R\$ 10 milhões ou 18,82% e da Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL, com R\$ 5 milhões ou 8,78%, os quais correspondem a 74,46% do total repassado pela União.



**Tabela 16**  
**Transferências de Capital (Convênios da União e sua Entidades)**

ÓRGÃO	R\$ Mil	
	VALOR	PART. %
Secretaria de Estado de Infra Estrutura - SEINFRA	30.174	48,85
Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR	10.392	16,82
Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL	5.423	8,78
Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB	2.174	3,52
Instituto de Desenv. Agropecuário e Florestal Sust. do Est.do Amazonas- IDAM	1.886	3,05
Polícia Militar do Estado Amazonas - PMAM	1.852	3,00
Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHMOAM	1.795	2,91
Fundo Estadual de Saúde - FES	1.627	2,63
Secretaria De Estado De Administração Penitenciária - SEAP	1.488	2,41
Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas - ADAF	1.288	2,09
Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA	1.042	1,69
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS	901	1,46
Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA	533	0,86
Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON	441	0,71
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP	389	0,63
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM	240	0,39
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC	105	0,17
Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos E Cidadania - SEJUS	17	0,03
<b>TOTAL</b>	<b>61.767</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

## 2.6 Renúncia Fiscal

Na tabela 17, é demonstrada a Renúncia Fiscal no exercício de 2017, que totalizou R\$ 6,963 bilhões. Destaca-se a renúncia decorrente da Lei nº 2.826/2003, com R\$ 6,257 bilhões e participação de 89,86% do total.

Este modelo de sucesso instituído pela ZFM representa, em termos de recursos fiscais, 46,27% em relação à arrecadação total do ICMS, que corresponde ao valor arrecadado no exercício de 2017 de R\$ 8,085 bilhões mais o valor das renúncias de R\$ 6,963 bilhões, totalizando R\$ 15,049 bilhões. Isso significa que para cada R\$ 1,00 da arrecadação total de ICMS, tem-se uma renúncia de R\$ 0,46.

**Tabela 17**  
**Demonstrativo da Renúncia Fiscal**

	<b>R\$ Mil</b>	
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>	<b>PART. %</b>
Lei nº 2826 de 2003	6.257.001	89,86
Lei nº 3.430 de 2009	5.515	0,08
Lei nº 3.830 de 2012	23.446	0,34
LC 19 de 1997	14.574	0,21
Lei Promulgada nº 203 de 2014	103	0,00
Decreto nº 20.686 de 1999	124.356	1,79
Decreto nº 30.918 de 2011	208.475	2,99
Decreto nº 36.306 de 2015	90.491	1,30
Decreto nº 37.606 de 2017	5.992	0,09
Lei 4.446/17	233.437	3,35
<b>TOTAL</b>	<b>6.963.391</b>	<b>100,00</b>

Fonte : Secretaria Executiva da Receita

### **3 GESTÃO DA DESPESA**

#### **3.1 Despesa Orçamentária**

A Despesa Orçamentária, também denominada Despesa Pública, representa o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para os investimentos e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.

Compreende o valor da despesa fixada, conforme determinado na LOA e as alterações ocorridas no exercício. Na tabela 18, são apresentadas as despesas por categoria econômica e grupo.

A despesa autorizada final ficou em R\$ 16,942 bilhões, alterada em R\$ 2,262 bilhões em relação à dotação inicial, representando um acréscimo de 15,41% do total fixado inicialmente.

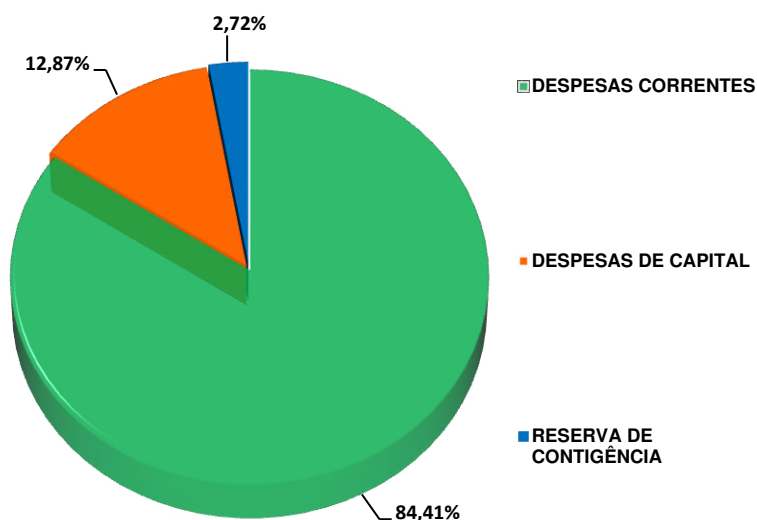
**Tabela 18**  
**Despesa Autorizada Final por Categoria Econômica**

CATEGORIA ECONOMICA	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	Part %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>12.269.425</b>	<b>2.032.782</b>	<b>14.302.207</b>	<b>84,41</b>
Pessoal e Encargos Sociais	6.437.845	648.902	7.086.747	41,83
<b>d/q modalidade 91</b>	<b>384.030</b>	<b>172.698</b>	<b>556.728</b>	<b>3,29</b>
Juros e Encargos da Dívida	352.965	(25.324)	327.641	1,93
Outras Despesas Correntes	5.478.615	1.409.204	6.887.819	40,65
<b>d/q modalidade 91</b>	<b>44.298</b>	<b>1.403</b>	<b>45.701</b>	<b>0,27</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.718.327</b>	<b>461.213</b>	<b>2.179.540</b>	<b>12,87</b>
Investimentos	1.271.718	448.666	1.720.384	10,16
Inversões Financeiras	4.390	23.471	27.861	0,16
Amortizações da Dívida	442.219	(10.924)	431.295	2,55
<b>RESERVA DE CONTIGÊNCIA</b>	<b>692.827</b>	<b>(231.589)</b>	<b>461.238</b>	<b>2,72</b>
<b>d/q Reserva da Previdência</b>	<b>442.907</b>	<b>(73)</b>	<b>442.834</b>	<b>2,61</b>
<b>TOTAL</b>	<b>14.680.579</b>	<b>2.262.406</b>	<b>16.942.985</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No gráfico 14 é demonstrado o percentual de participação de cada Categoria Econômica na Despesa Autorizada Final do Estado.

**Gráfico14**  
**Despesa Autorizada Final por Categoria Econômica Percentual**



Na tabela 19 é demonstrada a despesa autorizada final por função, com as alterações ocorridas no exercício e percentual de participação de cada uma, destacando-se as funções que tiveram maiores alterações orçamentárias: Saúde, com R\$ 731 milhões; Educação, com 416 milhões; Previdência Social, com R\$ 220 milhões; Urbanismo, com 200 milhões e Direitos da Cidadania, com R\$ 171 milhões.

**Tabela 19**  
**Despesa Autorizada Final por Função**

					R\$ Mil
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	PART. %
1	Legislativa	427.974	55.623	483.597	2,85
2	Judiciária	564.356	128.122	692.478	4,09
3	Essencial à Justiça	267.211	47.507	314.718	1,86
4	Administração	651.836	(11.241)	640.595	3,78
6	Segurança Pública	1.524.693	81.235	1.605.928	9,48
8	Assistência Social	79.734	(6.216)	73.518	0,43
9	Previdência Social	1.370.752	220.803	1.591.555	9,39
10	Saúde	1.865.190	731.079	2.596.269	15,32
11	Trabalho	7.401	5.841	13.242	0,08
12	Educação	2.607.078	416.975	3.024.053	17,85
13	Cultura	82.593	16.270	98.863	0,58
14	Direitos da Cidadania	341.419	171.251	512.670	3,03
15	Urbanismo	363.312	200.197	563.509	3,33
16	Habitação	35.667	3.663	39.330	0,23
17	Saneamento	145.574	16.988	162.562	0,96
18	Gestão Ambiental	37.979	18.004	55.983	0,33
19	Ciência e Tecnologia	92.832	(25.699)	67.133	0,40
20	Agricultura	88.309	54.036	142.345	0,84
21	Organização Agrária	13.472	13.810	27.282	0,16
23	Comércio e Serviços	42.780	6.677	49.457	0,29
24	Comunicações	67.890	14.549	82.439	0,49
26	Transporte	236.673	164.614	401.287	2,37
27	Desporto e Lazer	25.760	15.379	41.139	0,24
28	Encargos Especiais	3.047.267	154.529	3.201.796	18,90
99	Reserva de Contingência	692.827	(231.589)	461.238	2,72
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>14.680.579</b>	<b>2.262.406</b>	<b>16.942.985</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

As maiores participações ficaram com as funções Encargos Especiais - 18,90%, Educação - 17,85%, Saúde - 15,32%, Segurança Pública - 9,48% e Previdência Social - 9,39%, correspondendo a 70,94% do total autorizado. Os Encargos Especiais são basicamente responsáveis pelas transferências constitucionais e legais aos Municípios e serviço da dívida.

### 3.2 Execução da Despesa

A despesa empenhada no exercício de 2017 totalizou R\$ 15,324 bilhões que, comparada à autorizada final, resultou em uma economia orçamentária de R\$ 1,618 bilhão, representando 9,55% do total da despesa, conforme demonstrado na tabela 20.

Os grupos mais expressivos foram de Pessoal e Encargos Sociais, com R\$ 7,062 bilhões e Outras Despesas Correntes com R\$ 6,680 bilhões.

**Tabela 20**  
**Despesa Autorizada com a Despesa Empenhada**

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EMPENHADA	ECONOMIA %	PART. %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>14.302.207</b>	<b>14.070.263</b>	<b>1,62</b>	<b>91,81</b>
Pessoal e Encargos Sociais	7.086.747	7.062.747	0,34	46,09
<b>d/q modalidade 91</b>	<b>556.728</b>	<b>555.571</b>	<b>0,21</b>	<b>3,63</b>
Juros e Encargos da Dívida	327.641	327.258	0,12	2,14
Outras Despesas Correntes	6.887.819	6.680.258	3,01	43,59
<b>d/q modalidade 91</b>	<b>45.701</b>	<b>44.910</b>	<b>1,73</b>	<b>0,29</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.179.540</b>	<b>1.254.634</b>	<b>42,44</b>	<b>8,19</b>
Investimentos	1.720.384	797.527	53,64	5,20
Inversões Financeiras	27.861	25.854	7,20	0,17
Amortização da Dívida	431.295	431.253	0,01	2,81
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>461.238</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>d/q Reserva Previdenciária</b>	<b>442.834</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>16.942.985</b>	<b>15.324.897</b>	<b>9,55</b>	<b>100,00</b>

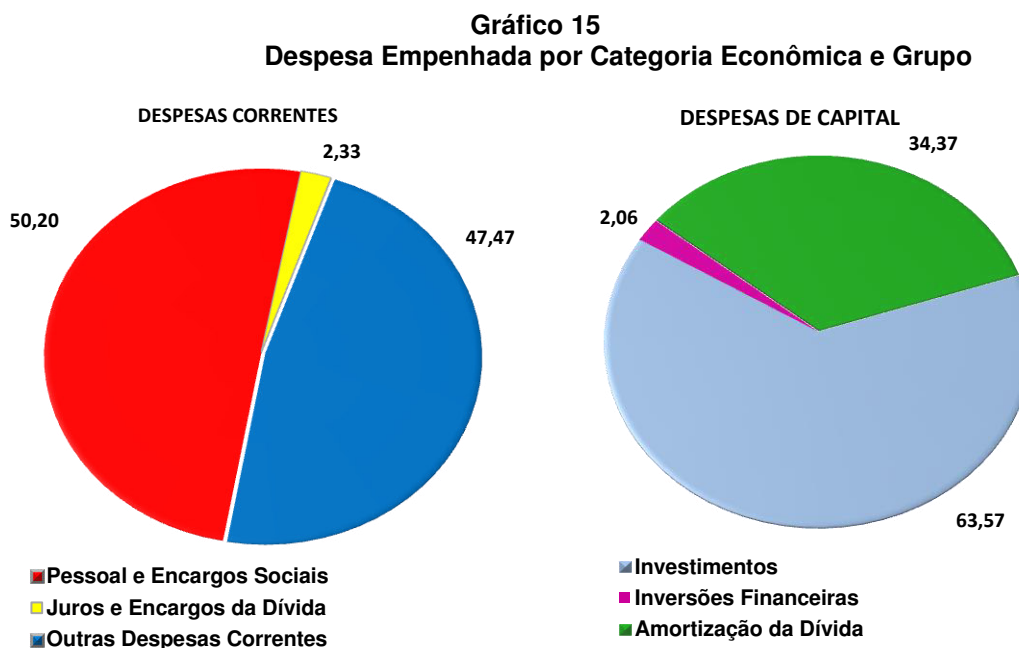
Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Destacam-se ainda as despesas empenhadas na modalidade 91, da ordem de R\$ 600 milhões, sendo evidenciadas na rubrica Pessoal e Encargos com R\$ 555 milhões

e Outras Despesas Correntes com R\$ 45 milhões. Essa modalidade foi criada para evidenciar as despesas entre órgãos da mesma esfera de governo, resultando em uma receita intraorçamentária no órgão receptor.

As Despesas de Capital foram da ordem de R\$ 1,254 bilhão, sendo a maior parte no grupo de investimentos, com R\$ 797 milhões, dos quais R\$ 11 milhões são ressarcimentos de operações de créditos, referente às despesas efetuadas com recursos do Tesouro.

No gráfico 15, evidenciou-se a despesa empenhada, com o percentual e participação por categoria econômica e grupo de despesa.



Na tabela 21 é apresentada a despesa empenhada por categoria econômica e grupo de despesa, comparando os exercícios de 2016 e 2017 houve um acréscimo nominal de R\$ 327 milhões ou 2,18%, que corresponde ao grupo de Pessoal e Encargos Sociais, com R\$ 432 milhões, ou 6,53%, e Amortização da Dívida, com R\$ 29 milhões, ou 7,26%.

O Acréscimo no grupo de pessoal e encargos deveu-se, basicamente, a reestruturação remuneratória da Polícia Civil, promoção dos Oficiais e Praças da Polícia Militar e o abono

do pessoal do magistério. Este último foi custeado com recursos recebidos em 2017 a título de complementação da União referente a exercícios anteriores - FUNDEB.

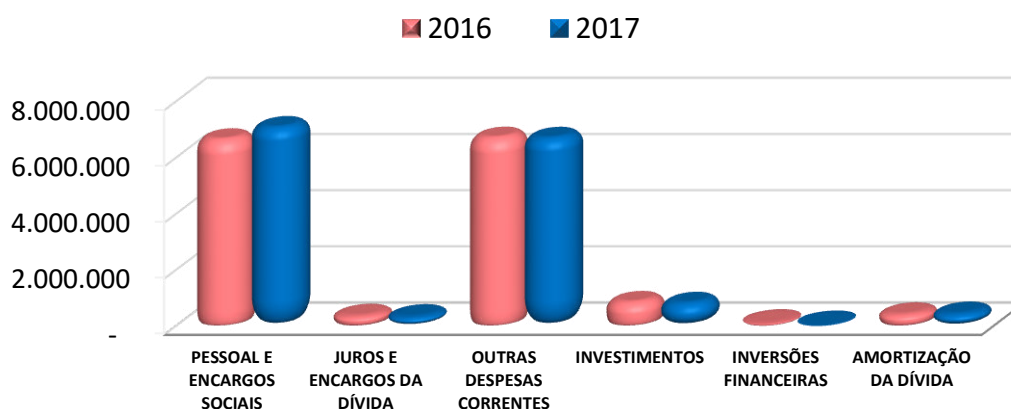
O grupo inversões financeiras foi o de maior impacto negativo, com variação nominal de R\$ 78 milhões, ou 75,12%. Esta redução ocorreu principalmente pelo relevante aporte de recursos ao fundo garantidor da PPP no exercício de 2016.

**Tabela 21**  
**Comparativo da Despesa Empenhada por Categoria Econômica**

CATEGORIA ECONÔMICA	R\$ Mil		VAR. %
	2016 EMPENHADA	2017 EMPENHADA	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>13.661.675</b>	<b>14.070.263</b>	<b>2,99</b>
Pessoal e Encargos Sociais	6.629.781	7.062.747	6,53
<b>d/q modalidade 91</b>	<b>550.490</b>	<b>555.571</b>	<b>0,92</b>
Juros e Encargos da Dívida	344.510	327.258	(5,01)
Outras Despesas Correntes	6.687.383	6.680.258	(0,11)
<b>d/q modalidade 91</b>	<b>38.271</b>	<b>44.910</b>	<b>17,35</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.335.585</b>	<b>1.254.634</b>	<b>(6,06)</b>
Investimentos	829.596	797.527	(3,87)
Inversões Financeiras	103.910	25.854	(75,12)
Amortização da Dívida	402.079	431.253	7,26
<b>TOTAL</b>	<b>14.997.260</b>	<b>15.324.897</b>	<b>2,18</b>

No gráfico 16, é apresentada a despesa empenhada por grupo, comparando os exercícios de 2016 e 2017.

**Gráfico 16**  
**Comparativo da Despesa Empenhada por Grupo**



### 3.2.1 Pessoal e Encargos Sociais

O grupo Pessoal e Encargos Sociais representa 46,09% do total das despesas do exercício de 2017, com R\$ 7,062 bilhões, sendo R\$ 6,177 bilhões do Poder Executivo, incluindo a Defensoria Pública, R\$ 351 milhões do Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas e R\$ 534 milhões do Poder Judiciário, incluindo o Ministério Público, conforme quadro 03 em anexo.

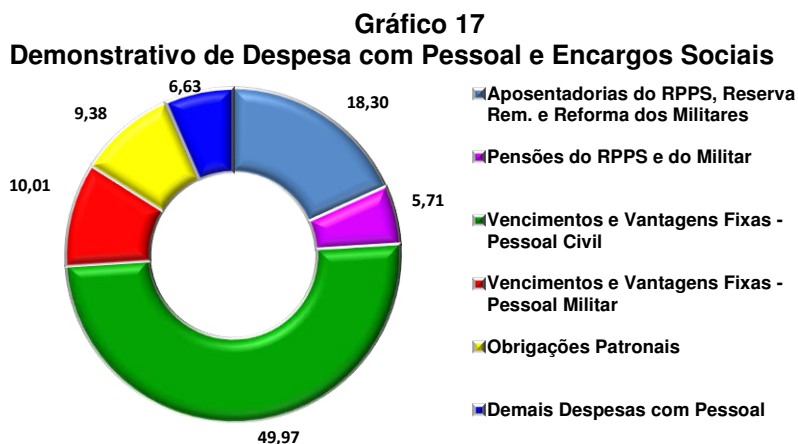
Na tabela 22 são apresentadas as despesas de pessoal por elemento. Os mais relevantes foram os vencimentos e vantagens fixas de pessoal civil, com R\$ 3,529 bilhões, ou 49,97%, as aposentadorias do regime próprio de Previdência Social, com R\$ 1,292 bilhão, ou 18,30% e os vencimentos e vantagens fixas de pessoal militar, com R\$ 707 milhões, ou 10,01%, que somados totalizam R\$ 5,529 bilhões, ou 78,28% do total das despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

**Tabela 22**  
**Demonstrativo de Despesa de Pessoal e Encargos Sociais por Elemento** R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2017	% Part.
Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma dos Militares	1.292.510	18,30
Pensões do RPPS e do Militar	403.578	5,71
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.529.480	49,97
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	707.283	10,01
Obrigações Patronais	662.662	9,38
Demais Despesas com pessoal	467.234	6,63
<b>TOTAL</b>	<b>7.062.747</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 17 são apresentados os principais elementos de despesas com Pessoal e Encargos Sociais.





### **3.2.1.1 Pessoal e Encargos Sociais por Fonte/ Destinação de Recursos**

Segundo o MCASP 7ª edição, "Como mecanismo integrador entre a receita e a despesa, o código de fonte/destinação de recursos exerce um duplo papel no processo orçamentário. Para a receita orçamentária, esse código tem a finalidade de indicar a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas orçamentárias. Para a despesa orçamentária, identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados".

Não é tarefa das mais simples entender como se operacionaliza o controle de origem e destinação de recursos nos entes públicos. É importante saber que esse controle se dá por meio de Sistemas de Administração Financeira adotados pelos entes. No Estado do Amazonas, é realizado pelo Sistema de Administração Financeira Integrada – AFI, o qual controla de forma eficaz e eficiente todas as fontes de recursos utilizadas no Estado.

Na tabela 23 é demonstrada a despesa com Pessoal e Encargos Sociais por fonte de recurso. As fontes de valores mais expressivos são: Recursos Ordinários, com R\$ 4,687 bilhões, ou 66,37% e o FUNDEB, com R\$ 1,253 bilhão, ou 17,75%.

A fonte de Depósitos Judiciais da LC Nº 151/2015 também é destinada a cobrir despesas com precatórios. Em 2017 o Estado destinou para essa finalidade o valor de R\$ 9 milhões.

A fonte Fundo Financeiro do RPPS é destinada a cobrir despesas com aposentadorias e pensões da massa que compõe o Fundo Financeiro. No exercício de 2017 esta fonte contribuiu com R\$ 535 milhões. Os recursos arrecadados com a fonte do Fundo Financeiro do RPPS são insuficientes para cobrir as despesas com as aposentadorias e pensões. Por essa razão o Fundo necessitou de aporte de recursos ordinários no valor de R\$ 926 milhões, sendo R\$ 911 milhões ao Poder Executivo e R\$ 15 milhões ao Poder Legislativo.

**Tabela 23**  
**Demonstrativo de Despesa com Pessoal por Fonte de Recurso**

<b>FONTE DE RECURSO</b>	<b>VALOR</b>	<b>% PART.</b>
Recursos Ordinários	4.687.778	66,37
Recursos de Depósitos Judiciais da LC 151/2015	9.594	0,14
Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Superior	214.061	3,03
Cota parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	290.645	4,12
Recursos do FUNDEB	1.253.592	17,75
Recursos Diretamente Arrecadados	54.480	0,77
Sistema Único de Saúde - SUS	2.713	0,04
Fundo Financeiro - RPPS	535.666	7,58
Fundo Previdenciário - RPPS	14.218	0,20
<b>TOTAL</b>	<b>7.062.747</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

### 3.2.2 Outras Despesas Correntes

O grupo Outras Despesas Correntes com R\$ 6,680 bilhões, sendo R\$ 6,425 bilhões do Poder Executivo, incluindo a Defensoria Pública, R\$ 128 milhões do Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas e R\$ 127 milhões do Poder Judiciário, incluindo o Ministério Público, este grupo faz frente à manutenção e funcionamento da máquina administrativa estadual, conforme quadro 03 em anexo.

As despesas mais expressivas neste grupo foram as funções Encargos Especiais, com R\$ 2,417 bilhões, saúde, com R\$ 1,600 bilhão e Educação, com R\$ 1,162 bilhão, que somadas representam 77,55% do total das despesas deste grupo, conforme quadro 03 em anexo.

Na tabela 24 apresenta-se o grupo Outras Despesas Correntes por elemento. Os mais relevantes foram as Transferências a Municípios, com R\$ 2,245 bilhões, ou 33,62% e Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídica, com R\$ 1,582 bilhão, ou 23,69% .

Destaca-se o elemento Outras Despesas de Terceirização, decorrentes de Contrato de Terceirização, com R\$ 353 milhões, ou 5,30%, que representa as cooperativas médicas

da área da Saúde. Este valor compõe a base de cálculo de pessoal para cumprimento dos limites da LRF.

**Tabela 24**  
**Demonstrativo de Outras Despesas Correntes por Elemento**

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	2017	% Part.
Transferências à Municípios	2.245.591	33,62
Material de Consumo	422.861	6,33
Passagens e Despesas com Locomoção	214.204	3,21
Outras Despesas de Terceirização decorrentes de Contrato de Terceirização	353.812	5,30
Locação de Mão de Obra	229.911	3,44
Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídica	1.582.429	23,69
Auxílio Alimentação	298.844	4,47
Despesas de Exercícios Anteriores	316.901	4,74
Indenizações e Restituições	342.013	5,12
Demais Despesas	673.693	10,08
<b>TOTAL</b>	<b>6.680.258</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

### 3.2.2.1 Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

O total das distribuições de receitas aos Municípios no exercício de 2017 foi de R\$ 2,245 bilhões. Na comparação com o exercício de 2016 houve um acréscimo de R\$ 286 milhões, com variação nominal de 14,60%, conforme tabela 25. Este resultado é o reflexo das medidas adotadas pelo Governo do Amazonas para o incremento da receita tributária

Evidencia-se a fonte do ICMS como a principal participação das transferências aos municípios, com 91,25%.

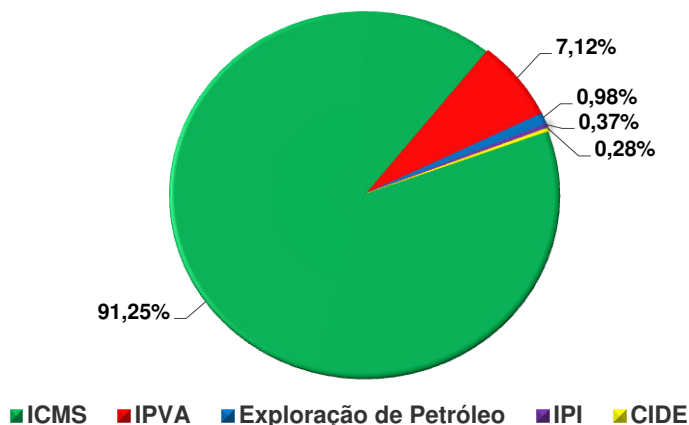
**Tabela 25**  
**Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios**

FONTE	R\$ Mil			
	2016	2017	PART. %	VAR. %
ICMS	1.776.767	2.049.193	91,25	15,33
IPVA	150.396	159.757	7,12	6,22
Exploração de Petróleo	20.553	22.104	0,98	7,55
IPI	7.166	8.287	0,37	15,65
CIDE	4.706	6.250	0,28	32,81
<b>TOTAL</b>	<b>1.959.588</b>	<b>2.245.591</b>	<b>100,00</b>	<b>14,60</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 18 são apresentadas as transferências aos municípios com o respectivo percentual de participação.

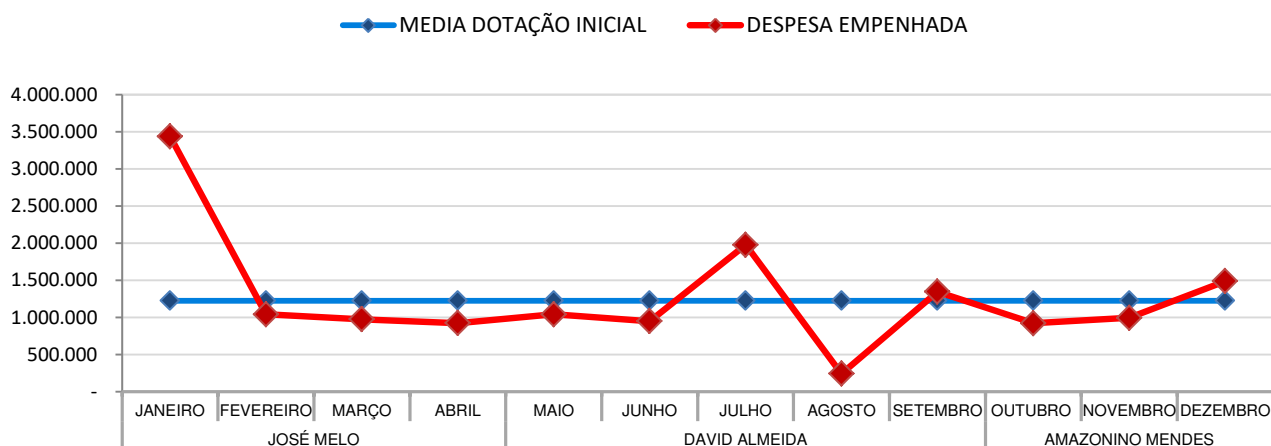
**Gráfico 18**  
**Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios Perc.**



### 3.3 Evolução da Execução da Despesa

No gráfico 19 é apresentada a evolução da despesa empenhada neste exercício, identificando o período de cada governo. Na trajetória da despesa mensal observa-se um maior crescimento da despesa no mês de janeiro, justificado pelo empenhamento de saldos de contratos vigentes. Os meses de julho e agosto também apresentaram variações significativas, justificadas pela readequação de empenhamento das despesas com Transferências aos Municípios.

**Gráfico 19**  
**Evolução da Despesa Empenhada** R\$ Mil



A tabela 26 apresenta as despesas empenhadas por categoria econômica e grupo. Comparando os exercícios de 2013 e 2017, houve um acréscimo nominal de R\$ 755 milhões, ou 5,18%. A comparação de 2017 ante 2016 mostra um acréscimo nominal de R\$ 327 milhões, ou 2,18%.

No exercício de 2017 o Governo do Estado do Amazonas criou novos controles via Sistema AFI, dentre os quais os mais relevantes foram: o detalhamento da fonte do FUNDEB, a Matriz de Saldos Contábeis, o Ementário da Receita, o Cadastro das Emendas Parlamentares, a criação da Conta Única, além de diversas novas consultas e relatórios. O Portal de Transparência Fiscal sofreu melhorias, como a criação de novas consultas e da aba FUNDEB, sendo o primeiro Estado da federação a criar um espaço no portal para consultas de receitas e despesas do FUNDEB. Também foram constituídas comissões para revisão dos contratos em diversas áreas de atuação do Governo. Isso demonstra o compromisso do Governo do Amazonas em reduzir o gasto e melhorar a gestão pública sem perder a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

No grupo das despesas com Amortização da Dívida, que totalizaram R\$ 431 milhões, houve uma variação positiva de 16,50% em 2017 ante 2013 e 7,26% ante 2016.

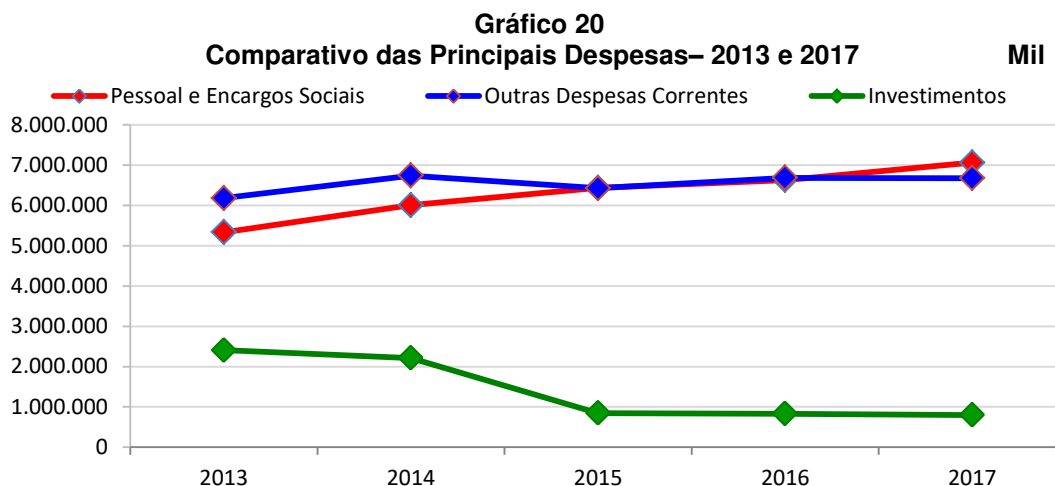
**Tabela 26**  
**Evolução da Despesa Empenhada por Categoria Econômica**

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017	R\$ Mil VAR. %	
						2017/ 2013	2017/ 2016
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>11.710.026</b>	<b>13.003.760</b>	<b>13.191.277</b>	<b>13.661.675</b>	<b>14.070.263</b>	<b>20,16</b>	<b>2,99</b>
Pessoal e Encargos Sociais	5.334.633	6.005.699	6.436.012	6.629.781	7.062.747	32,39	6,53
d/q modalidade 91	295.752	347.676	431.768	550.490	555.571	87,85	0,92
Juros e Encargos da Dívida	194.420	257.205	326.649	344.510	327.258	68,33	(5,01)
Outras Despesas Correntes	6.180.973	6.740.856	6.428.616	6.687.383	6.680.258	8,08	(0,11)
d/q modalidade 91	49.182	37.188	33.222	38.271	44.910	(8,69)	17,35
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.859.500</b>	<b>2.561.534</b>	<b>1.286.216</b>	<b>1.335.585</b>	<b>1.254.634</b>	<b>(56,12)</b>	<b>(6,06)</b>
Investimentos	2.406.378	2.214.697	845.144	829.596	797.527	(66,86)	(3,87)
Inversões Financeiras	82.944	15.747	51.783	103.910	25.854	(68,83)	(75,12)
Amortização da Dívida	370.178	331.090	389.289	402.079	431.253	16,50	7,26
<b>TOTAL</b>	<b>14.569.526</b>	<b>15.565.294</b>	<b>14.477.492</b>	<b>14.997.260</b>	<b>15.324.897</b>	<b>5,18</b>	<b>2,18</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

O crescimento moderado nas despesas com pessoal é o reflexo da reestruturação remuneratória da Polícia Civil, promoção dos Oficiais e Praças da Polícia Militar e o abono do pessoal do magistério. Este último foi custeado com recursos recebidos em 2017 a título de complementação da União referente a exercícios anteriores - FUNDEB.

A redução, também moderada no grupo de Outras Despesas Correntes é o reflexo da gestão dos contratos. A situação econômica do País resultou numa maior contenção dos gastos públicos, sendo o grupo de investimento o mais afetado, conforme demonstrado no gráfico 20.



### 3.4 Despesa por Função

As funções demonstram a área de atuação do governo. Na tabela 27 e gráfico 21 são apresentadas as despesas empenhadas por função, comparando 2017 em relação a 2016, com o percentual de participação em cada exercício e variações ocorridas.

Em termos de maior aplicação, destacam-se as funções Encargos Especiais, com R\$ 3,195 bilhões, ou 20,85%; Saúde, com R\$ 2,477 bilhões, ou 16,17%; Educação, com R\$ 2,867 bilhões, ou 18,71% e Segurança Pública, com R\$ 1,591 bilhão, ou 10,39% do total.

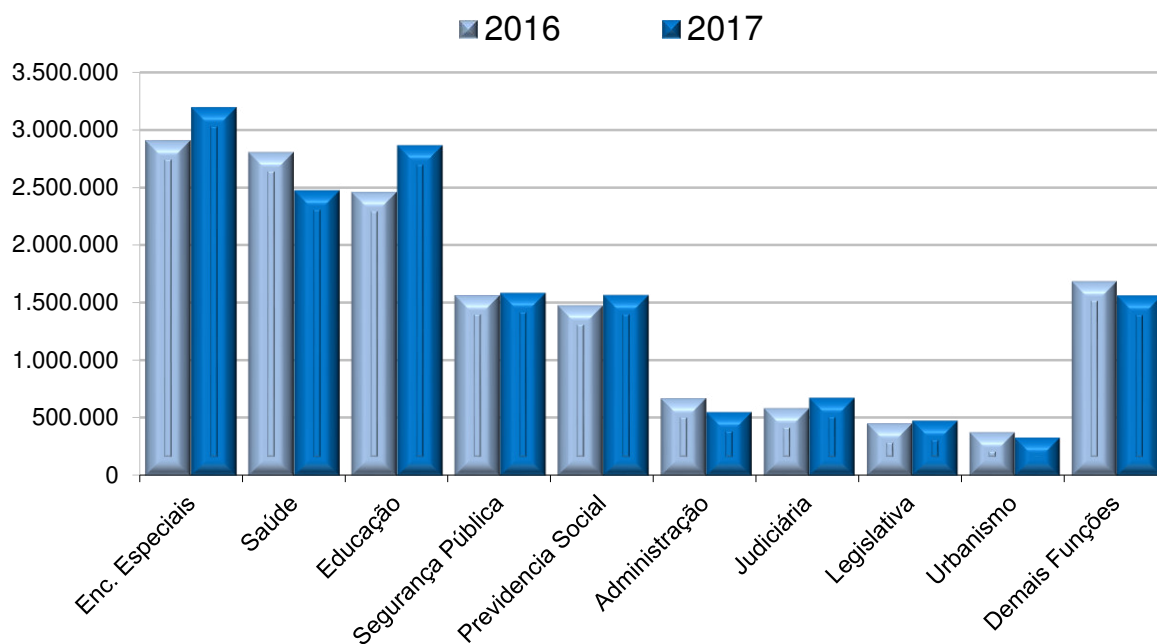
**Tabela 27**  
**Comparativo da Despesa Empenhada Por Função**

						R\$ Mil
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	2016	PART. %	2017	PART. %	VAR. %
1	Legislativa	456.060	3,04	482.447	3,15	5,79
2	Judiciária	586.554	3,91	680.523	4,44	16,02
3	Essencial à Justiça	273.828	1,83	307.381	2,01	12,25
4	Administração	672.080	4,48	555.880	3,63	(17,29)
6	Segurança Pública	1.567.596	10,45	1.591.602	10,39	1,53
8	Assistência Social	92.164	0,61	66.076	0,43	(28,31)
9	Previdência Social	1.476.811	9,85	1.572.025	10,26	6,45
10	Saúde	2.805.337	18,71	2.477.349	16,17	(11,69)
11	Trabalho	7.372	0,05	7.670	0,05	4,05
12	Educação	2.460.326	16,41	2.867.545	18,71	16,55
13	Cultura	96.790	0,65	95.347	0,62	(1,49)
14	Direitos da Cidadania	561.265	3,74	429.729	2,80	(23,44)
15	Urbanismo	377.113	2,51	332.658	2,17	(11,79)
16	Habitação	26.656	0,18	22.163	0,14	(16,85)
17	Saneamento	106.386	0,71	56.085	0,37	(47,28)
18	Gestão Ambiental	43.330	0,29	41.811	0,27	(3,51)
19	Ciência e Tecnologia	59.967	0,40	40.784	0,27	(31,99)
20	Agricultura	136.845	0,91	135.239	0,88	(1,17)
21	Organização Agrária	40.021	0,27	25.742	0,17	(35,68)
23	Comércio e Serviços	32.327	0,22	36.057	0,24	11,54
24	Comunicações	83.964	0,56	79.568	0,52	(5,24)
26	Transporte	87.347	0,58	188.310	1,23	115,59
27	Desporto e Lazer	38.546	0,26	37.188	0,24	(3,52)
28	Encargos Especiais	2.908.574	19,39	3.195.716	20,85	9,87
<b>TOTAL</b>		<b>14.997.260</b>	<b>100,00</b>	<b>15.324.897</b>	<b>100,00</b>	<b>2,18</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Evidenciam-se assim as prioridades do governo estadual, cumprindo as transferências constitucionais e legais aos municípios, o pagamento das dívidas fundadas e precatórios, e dando especial atenção às áreas da saúde, educação e segurança pública, as quais correspondem a 45,27% do total empenhado no exercício.

**Gráfico 21**  
**Despesa Empenhada por Função** R\$ Mil



### 3.5 Despesa de Capital

As Despesas de Capital são aquelas que alteram o patrimônio líquido pelo registro de incorporações de ativos, imobilizados, investimentos, bem como pelo registro da desincorporação de passivo. Tem como um dos objetivos promover investimentos para o desenvolvimento econômico.

Na tabela 28 e gráfico 22 são demonstrados os investimentos do governo por grupo de fonte de recurso, totalizando R\$ 797 milhões, sendo R\$ 393 milhões com fontes de Operações de Crédito, R\$ 127 milhões com fontes de Transferências Federais e R\$ 277 milhões com fontes do Estado, já incluídos os investimentos empenhados por conta do superávit financeiro de 2016.



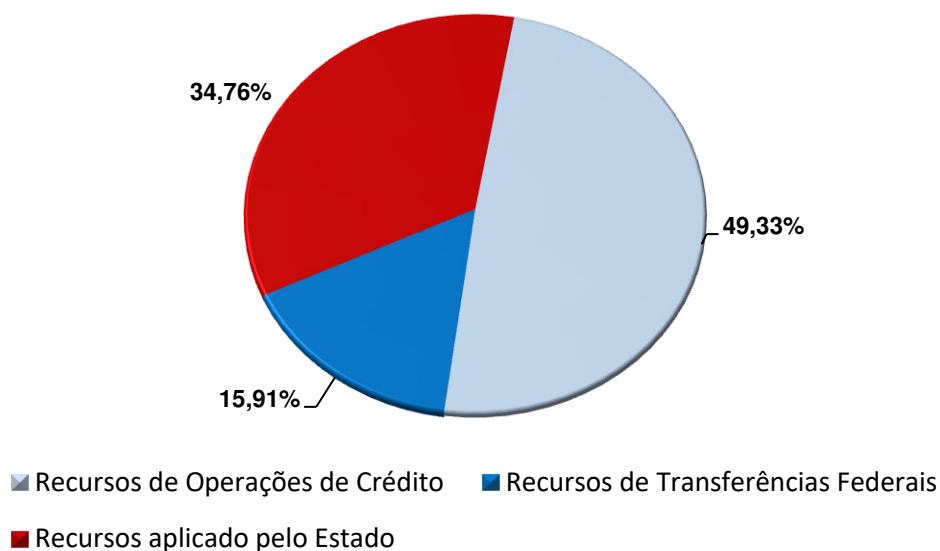
**Tabela 28**  
**Despesa Empenhada em Investimentos por Fonte**

INVESTIMENTO	EMPENHADO	R\$ Mil PART. %
Recursos de Operações de Crédito	393.387	49,33
Recursos de Transferências Federais	126.886	15,91
Recursos aplicados pelo Estado	277.254	34,76
<b>TOTAL</b>	<b>797.527</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

**Gráfico 22**  
**Investimentos por Fonte**

Percentual



Na tabela 29 é demonstrada a execução orçamentária das Operações de Crédito, sendo R\$ 254 milhões de operações internas, com participação de 64,78% e R\$ 138 milhões, ou 35,22%, de operações externas, já incluídos os superávits financeiros apurados no balanço de 2016.

**Tabela 29**  
**Execução das Operações de Crédito**

			<b>R\$ Mil</b>
<b>OPERAÇÃO DE CRÉDITO</b>	<b>CREADOR</b>	<b>EMPENHADO</b>	<b>% Part</b>
<b>INTERNA</b>		<b>254.823</b>	<b>64,78</b>
Projeto das Ações do Entorno Ligação Manaus-Manacapuru – Dup. AM-070	CEF	15.000	3,81
Pró Moradia I e II	CEF	153	0,04
PROINVESTE	BB	109.497	27,83
PROINFRA	BB	11.263	2,86
Projeto Avenida das Torres com AM 010	CEF	10.284	2,61
PROSIP	BB	108.626	27,61
<b>EXTERNA</b>		<b>138.565</b>	<b>35,22</b>
PROSAMIM III	BID	72.776	18,50
Programa Sócio ambiental dos Igarapés de Manaus - CAF	CAF	8.551	2,17
Programa de Saneamento Integrado de Maués - PROSAIMAUÉS	BID	10.692	2,72
Prog. de Aceleração do Desenv. da Educ. do Amazonas - PADEAM	BID	46.546	11,83
<b>TOTAL</b>		<b>393.387</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

### 3.6 Repasse aos Poderes

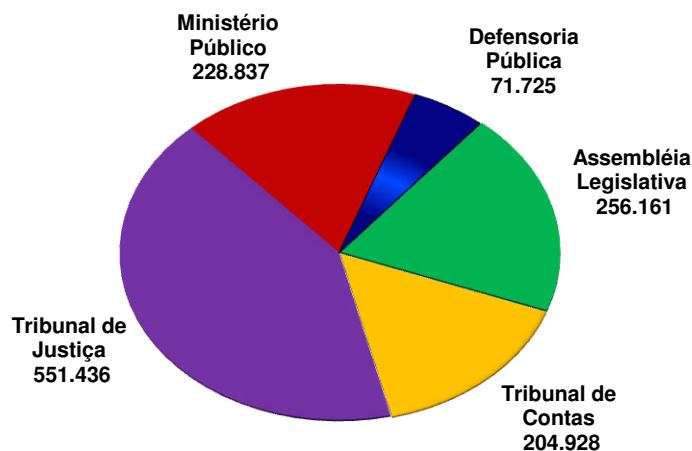
No exercício de 2017, foi repassado aos Poderes, incluindo a Defensoria Pública, o total de R\$ 1,313 bilhão que, comparado com o exercício de 2016, apresentou uma variação nominal positiva de R\$ 152 milhões, conforme demonstramos na tabela 30 e gráfico 23.

**Tabela 30**  
**Repasse aos Poderes**

			<b>R\$ Mil</b>
<b>ORGÃO</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	
Assembléia Legislativa	233.279	256.161	
Tribunal de Contas	196.549	204.928	
Tribunal de Justiça	468.912	551.436	
Ministério Público	200.962	228.837	
Defensoria Pública	60.898	71.725	
<b>TOTAL</b>	<b>1.160.600</b>	<b>1.313.087</b>	

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

**Gráfico 23**  
**Repasse aos Poderes** R\$ Mil



#### 4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei Federal n.º 4.320/64, a Lei Complementar Federal n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a Lei Orçamentária Anual – LOA - Lei n.º. 4.420, de 30 de dezembro de 2016, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Os balanços Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais foram apresentados pela metodologia de consolidação, ou seja, excluindo a dupla contagem das transações ou saldos entre unidade gestoras, conforme o Manual De Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Neste exercício, efetuamos as análises nos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração de Fluxo de Caixa considerando dois exercícios, 2016 e 2017 para atender as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

## 4.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da lei nº 4.320/64, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e o resultado orçamentário do exercício apurado.

O Estado do Amazonas apresentou um superávit orçamentário de R\$ 253 milhões em 2017, no entanto, analisando sob o enfoque da utilização do superávit financeiro de 2016, se desconsiderar as despesas empenhadas com recursos de exercícios anteriores, no total de R\$ 578 milhões, conforme demonstrada por fonte de recurso no quadro 01, em anexo, correspondente à utilização de créditos orçamentários abertos por conta daquele superávit financeiro, temos um superávit orçamentário, no exercício, de R\$ 832 milhões, o qual apresentamos sinteticamente na tabela 31.

**Tabela 31**  
**Comparativo do Balanço Orçamentário**

			R\$ Mil
FONTE	2017	2016	VAR %
Receita Prevista Atualizada (I)	16.153.261	17.240.044	(6,30)
Receita Realizada (II)	15.578.694	15.440.531	0,89
<b>Déficit de Arrecadação (III) = (II-I)</b>	<b>(574.567)</b>	<b>(1.799.513)</b>	<b>(68,07)</b>
Despesa Atualizada (IV)	16.942.985	17.774.355	(4,68)
Despesa Empenhada (V)	15.324.897	14.997.260	2,18
<b>Economia Orçamentária (VI) = (IV-V)</b>	<b>1.618.088</b>	<b>2.777.095</b>	<b>(41,73)</b>
<b>Superávit Orçamentário (VII) = (II-V)</b>	<b>253.798</b>	<b>443.271</b>	<b>42,74</b>
<b>Despesa pelo Superávit Financeiro (VIII)</b>	<b>578.282</b>	<b>436.996</b>	<b>32,33</b>
<b>Superávit Orçamentário (IX) = (VII + VIII)</b>	<b>832.080</b>	<b>880.267</b>	<b>(5,47)</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Na tabela 32, demonstramos o resultado da execução orçamentária, por categoria econômica, que apresenta, também, um superávit orçamentário em 2017 de R\$ 253 milhões, novamente, se desconsiderarmos as despesas empenhadas com base no superávit financeiro de 2016, as quais não têm a receita correspondente no exercício de 2017, temos um superávit orçamentário de R\$ 832 milhões.

**Tabela 32**  
**Resultado da Execução Orçamentária**

FONTE	2017	2016	R\$ Mil VAR. %
Receitas Correntes (I)	15.248.007	14.824.761	2,85
Despesas Correntes (II)	14.070.263	13.661.675	2,99
<b>Resultado do Orçamento Corrente (III) = (I-II)</b>	<b>1.177.744</b>	<b>1.163.086</b>	1,26
Receitas de Capital (IV)	330.687	615.770	(46,30)
Despesas de Capital (V)	1.254.634	1.335.585	(6,06)
<b>Resultado do Orçamento de Capital (VI) = (IV-V)</b>	<b>(923.946)</b>	<b>(719.815)</b>	<b>28,36</b>
<b>SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO DE EXECUÇÃO (VII) = (III+VI)</b>	<b>253.798</b>	<b>443.271</b>	<b>42,74</b>
Despesa pelo Superávit Financeiro (VIII)	578.282	436.996	32,33
<b>SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO (IX) = (VII+VIII)</b>	<b>832.080</b>	<b>880.267</b>	<b>(5,47)</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Atendendo as orientações do Manual de Contabilidade – STN e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, NBC T 16.6, foram adicionados ao Balanço Orçamentário dois anexos, sendo o primeiro Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados com saldo de R\$ 35 milhões e o segundo Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não processados Liquidados, com saldo de R\$ 11 milhões.

Considera-se Restos a Pagar Não Processados Liquidados aqueles inscritos no exercício como Restos a Pagar Não Processados e no exercício seguinte liquidados, mas não pagos até 31 de dezembro.

## 4.2 Balanço Financeiro

De acordo com o Art. 103 da Lei nº 4.320/64 e a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis, o Balanço Financeiro demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentárias, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

O resultado financeiro apurado em 2017 (diferença entre o somatório das receitas orçamentárias e extraorçamentárias, denominadas ingressos e o somatório das despesas orçamentárias e extraorçamentárias, denominadas dispêndios) foi positivo em R\$ 1,094 bilhão, este resultado é o reflexo principalmente dos recursos da Fundação AMAZONPREV. O mesmo resultado pode ser obtido através da diferença entre as disponibilidades, ou seja, o saldo para o exercício seguinte menos o saldo do exercício anterior.

Apresentamos, na tabela 33 e gráfico 24, uma síntese do resultado do Balanço Financeiro do Estado do exercício de 2017.

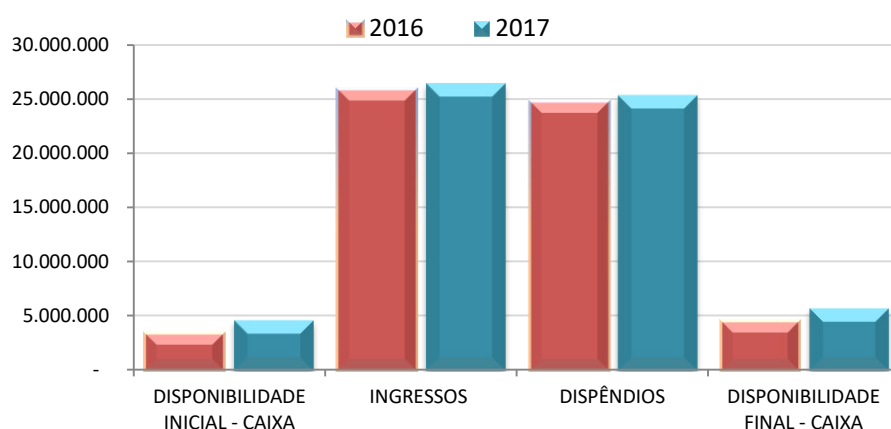
**Tabela 33**  
**Demonstrativo do Balanço Financeiro**

ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	R\$ Mil VAR. %
<b>INGRESSOS (I+II)</b>	<b>26.429.603</b>	<b>25.978.009</b>	<b>1,74</b>
Receita Orçamentária (I)	15.578.694	15.440.531	0,89
Recebimentos Extraorçamentários (II)	10.850.909	10.537.478	2,97
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>4.639.045</b>	<b>3.524.258</b>	31,63
<b>DISPÊNDIOS (III+IV)</b>	<b>25.335.199</b>	<b>24.863.222</b>	<b>1,90</b>
Despesa Orçamentária (III)	15.324.897	14.997.260	2,18
Pagamentos Extraorçamentários (IV)	10.010.303	9.865.962	1,46
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>5.733.448</b>	<b>4.639.045</b>	23,59
<b>RESULTADO FINANCEIRO ((I+II) - (III+IV))</b>	<b>1.094.403</b>	<b>1.114.787</b>	<b>1,83</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: Receita e Despesa orçamentárias estão incluídas as intraorçamentárias

**Gráfico 24**  
**Demonstrativo da Síntese do Fluxo de Caixa**



### 4.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada em conformidade com a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em suas resoluções e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP - 7ª edição. Esta Demonstração permite a análise da capacidade de o Estado gerar caixa e equivalentes de caixa para manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

No exercício de 2017, o resultado de caixa e equivalente de caixa foi positivo em R\$ 1.094 bilhão, sendo R\$ 1,732 bilhão de Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, R\$ 497 milhões negativos de Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento e R\$ 140 milhões negativos de Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento.

**Tabela 34**  
**Demonstrativo de Fluxo de Caixa**

	<b>R\$ Mil</b>		
<b>TÍTULOS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>VAR.%</b>
<b>LÍQUIDO DE FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>1.732.449</b>	<b>1.660.962</b>	<b>4,30</b>
Ingressos	25.089.853	24.653.948	1,77
Dispêndios	23.857.404	22.992.986	1,58
<b>LÍQUIDO DE FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(497.979)</b>	<b>(719.945)</b>	<b>(30,83)</b>
Ingressos	39.501	39.921	(1,05)
Dispêndios	537.480	759.866	(29,27)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(140.066)</b>	<b>173.769</b>	<b>(180,60)</b>
Ingressos	291.187	575.849	(49,43)
Dispêndios	431.253	402.079	7,26
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>1.094.403</b>	<b>1.114.787</b>	<b>(1,83)</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL</b>	<b>4.639.045</b>	<b>3.524.258</b>	<b>31,63</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>5.733.448</b>	<b>4.639.045</b>	<b>23,59</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

### 4.4 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil evidenciada pelas seções de ativo (bens e direitos) e passivo (obrigações), indicando a situação patrimonial líquida do Estado.

A NBC T – 16.2, Patrimônio e Sistemas Contábeis, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em suas resoluções, definiu cada um dos elementos que compõem o Balanço Patrimonial.

*“**Ativo** são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços;*

***Passivo** são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços;*

***Patrimônio Líquido** é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.”*

O Patrimônio líquido (diferença entre o somatório do ativo e passivo real) foi de R\$ 6,617 bilhões no exercício de 2017, conforme apresentamos na tabela 35.

O recurso para abertura de créditos suplementares e especiais no exercício seguinte ao da apuração é representado pelo “superávit financeiro” obtido pela diferença entre o ativo financeiro e passivo financeiro, que resultou em R\$ 3,648 bilhões, sendo R\$ 2,725 bilhões superávit financeiro da Fundação AMAZONPREV e R\$ 923 milhões dos demais órgãos do estado, incluindo os poderes, conforme apresentado no anexo 14.

O valor de R\$ 8,719 bilhões, representado pelo Imobilizado no anexo 14 - Balanço Patrimonial de 2017, no nosso entendimento não reflete a realidade, tendo em vista que os Bens Móveis e Imóveis foram registrados pelos valores correntes da época de aquisição ou construção. Em nossa análise, faz-se necessária uma reavaliação do Imobilizado do Estado para atualização dos registros, apesar de alguns órgãos já procederem a correção dos bens, estes não são ainda de valores significativos em relação ao total.



**Tabela 35**  
**Demonstrativo do Balanço Patrimonial**

FONTE	2017	2016	R\$ Mil VAR. %
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>6.656.049</b>	<b>6.038.602</b>	<b>10,23</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	2.746.829	2.294.340	19,72
Créditos a Curto Prazo	717.289	1.101.735	(34,89)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	329.449	318.917	3,30
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	2.723.481	2.105.148	29,37
Estoques	138.734	218.246	(36,43)
VPD Pagas Antecipadamente	268	216	24,10
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>11.841.386</b>	<b>11.061.724</b>	<b>7,05</b>
Realizável a Longo Prazo	1.767.410	1.510.697	16,99
Investimentos	1.341.895	1.297.784	3,40
Imobilizado	8.718.878	8.239.931	5,81
Intangível	13.203	13.312	(0,82)
<b>Total do Ativo (I)</b>	<b>18.497.435</b>	<b>17.100.326</b>	<b>8,17</b>
Passivo Circulante	1.123.826	978.092	14,90
Passivo não Circulante	10.755.996	10.011.314	7,44
<b>Total do Passivo (II)</b>	<b>11.879.822</b>	<b>10.989.406</b>	<b>8,10</b>
<b>Patrimônio Líquido (III) = (I-II)</b>	<b>6.617.613</b>	<b>6.110.919</b>	<b>8,29</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

#### 4.4.1 Resultado do Patrimônio Líquido

O Estado apresentou em 2017 um Patrimônio Líquido acumulado de R\$ 6,617 bilhões, com uma variação positiva ante 2016 de 8,29% ou R\$ 507 bilhões, houve ajustes de exercícios anteriores no valor de R\$ 497 milhões negativos e ajustes de avaliação patrimonial no valor de R\$ 4 milhões, conforme demonstramos na tabela 36 e gráfico 25.

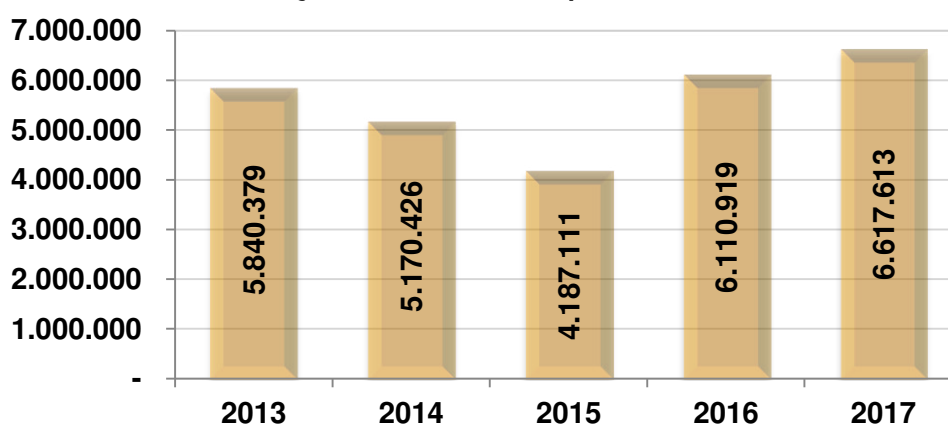
**Tabela 36**  
**Patrimônio Líquido**

R\$ Mil

EXERCÍCIO	RESULTADO DO EXERCÍCIO	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SALDO PATRIMONIAL ACUMULADO	VAR. %
2013	312.328			5.840.379	5,65
2014	(556.990)	(115.681)	2.717	5.170.426	(11,47)
2015	(457.149)	(532.109)	5.944	4.187.111	(19,02)
2016	2.560.815	(642.423)	5.416	6.110.919	45,95
2017	999.547	(497.201)	4.347	6.617.613	8,29

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

**Gráfico 25**  
**Evolução do Patrimônio Líquido– 2013 a 2017** R\$ Mil



#### 4.5 Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme dispõe a Lei Federal nº 4.320/64 evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, abrange as alterações positivas e negativas ocorridas no patrimônio.

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - STN, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas decorrem de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as qualitativas são provenientes de transações que alteram a composição patrimonial sem afetar o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial é apurado através da diferença entre os somatórios das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. No exercício de 2017, foi apurado um resultado positivo de R\$ 999 milhões, conforme demonstrado na tabela 37.

**Tabela 37**  
**Demonstrativo das Variações Patrimoniais**

	R\$ Mil		
TÍTULO	2017	2016	VAR. %
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>19.072.815</b>	<b>21.135.960</b>	<b>(9,76)</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.666.042	8.849.391	(2,07)
Contribuições	2.822.242	2.917.787	(3,27)
Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos	189.935	173.509	9,47
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	561.279	1.315.012	(57,32)
Transferências e Delegações Recebidas	5.209.166	5.083.507	2,47
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	1.289.529	1.676.779	(23,09)
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	334.622	1.119.974	(70,12)
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>18.073.267</b>	<b>18.575.145</b>	<b>(2,70)</b>
Pessoal e Encargos	5.266.804	4.889.501	7,72
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.739.182	1.620.127	7,35
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.053.856	3.098.435	(1,44)
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	473.989	443.094	6,97
Transferências e Delegações Concedidas	4.100.118	3.754.527	9,20
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.974.431	2.667.741	(25,99)
Tributárias	117.960	104.181	13,23
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.346.929	1.997.538	(32,57)
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>	<b>999.547</b>	<b>2.560.815</b>	<b>(60,97)</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

#### 4.6 Depreciação do Imobilizado

A depreciação dos Bens Móveis foi implementada observando a NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.136/08 e da macrofunção 020330, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, adotada pelo Estado como metodologia de cálculo seguindo o método linear de cotas constantes que considera a Vida Útil e Valor Residual de cada bem. Na Fundação AMAZONPREV, a depreciação dos bens móveis segue o método de taxas fiscais (Tabela da Receita

Federal) e para os Bens Imóveis a metodologia linear de cotas constantes definida pelo Ministério da Previdência Social.

O procedimento foi aplicado inicialmente na Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ para os bens móveis adquiridos e/ou incorporados no exercício de 2010, a partir de 2011 os órgãos foram aderindo ao procedimento de depreciação gradativamente, considerando o ponto de corte, o exercício de adesão de cada órgão. Até 2017 foram incluídas 60 (Sessenta) Unidades Gestoras, totalizando uma depreciação acumulada de R\$ 94 milhões, sendo R\$ 90 milhões para os Bens Móveis, R\$ 2 milhões para os Bens Imóveis e R\$ 2 milhões de Intangíveis, conforme demonstrados na tabela 38.

**Tabela 38**  
**Depreciação de Bens Móveis e Imóveis**

	<b>R\$ Mil</b>	
<b>DEPRECIÇÃO</b>	<b>DEPRECIÇÃO / AMORTIZAÇÃO ACUMULADA ATÉ 2016</b>	<b>DEPRECIÇÃO / AMORTIZAÇÃO ACUMULADA ATÉ 2017</b>
Bens Móveis	63.246	90.230
Bens Imóveis	1.488	1.821
Intangível	1.136	2.293
<b>TOTAL</b>	<b>65.871</b>	<b>94.344</b>

Fonte: Sistema de Administração de Bens Patrimoniais - ABP/SEFAZ, AJURI/ SEAD e AMAZONPREV

## 5. BALANÇOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS

Demonstramos no quadro 04, em anexo, uma síntese dos balanços patrimoniais das empresas públicas, apresentados até o fechamento deste relatório, com as respectivas participações percentuais do Estado no capital de cada empresa.

## 6 GESTÃO DA DÍVIDA

### 6.1 Dívida Ativa

Em 2017 foram inscritos em Dívida Ativa valores que totalizaram R\$ 604 milhões, representando 13,03% do saldo da Dívida Ativa em 31/12/2016, sendo R\$ 526 milhões tributário e R\$ 78 milhões não tributário. Os valores arrecadados no exercício foram na ordem de R\$ 81 milhões, representando 1,76% do saldo do estoque da dívida existente em 2016, sendo R\$ 80 milhões tributário e R\$ 1 milhão não tributário. Foram recuperados em adjudicações R\$ 44 mil, os ajustes de exercícios anteriores foram de R\$ 262 milhões representando 5,65% do saldo de 2016, sendo R\$ 247 tributário e R\$ 15 milhões não tributário.

Ocorreram, ainda, baixa de Certificados de Dívida Ativa–CDA no valor total de R\$ 18 milhões, representando 0,40% do saldo da dívida de 2016, sendo R\$ 17 milhões tributário e R\$ 1 milhão não tributário.

O saldo final do estoque da dívida em 2017 foi de R\$ 5,288 bilhões, com acréscimo nominal de 13,93% ante 2016, sendo R\$ 4,885 bilhões tributário e R\$ 403 milhões não tributário, conforme demonstramos sinteticamente na tabela 39.

**Tabela 39**  
**Demonstrativo da Dívida Ativa**

DÍVIDA ATIVA				R\$ Mil
	TRIBUTÁRIO	NÃO TRIBUTÁRIO	TOTAL	% sobre 2016
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>4.330.132</b>	<b>311.865</b>	<b>4.641.996</b>	
(+) Inscrições em 2017	526.620	78.375	604.995	13,03
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	246.905	15.271	262.175	5,65
(-) Arrecadação da Dívida Ativa em 2017	80.895	967	81.862	1,76
(-) Valores Recuperados (Adjudicações)	44	-	44	0,00
(-) Baixa de CDA's em 2017	17.202	1.423	18.625	0,40
(-) Renúncia de CDA'S em 2017 (Anistia Fiscal)	120.220		120.220	2,59
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>4.885.296</b>	<b>403.121</b>	<b>5.288.416</b>	<b>13,93</b>

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

## 6.2 Dívida Pública

Constituem a dívida pública do Estado: a Dívida Fundada ou consolidada (interna e externa) e a Dívida Flutuante ou administrativa, enquanto estas são os compromissos de curto prazo representando 23,15% do total, aquelas são compostas por obrigações de médio e longo prazo e representam 76,85% desse total, sendo oriunda de contratos dentre os quais destacamos: os contratos no âmbito dos programas, PROSAMIM, Abastecimento de Águas de Manaus, Pró-moradia, Projeto Minha Casa Minha Vida, Construção da Arena da Amazônia, Cobertura da Arena da Amazônia, Projeto Avenida das Torres com AM 010, Programa Sócio Ambiental dos Igarapés de Manaus, PROINFRA, PROCONFIS (BID e BIRD), Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas – PADEAM, PROINVEST, Projeto Duplicação da AM 070 - Manaus – Manacapuru, PROSAIMAUÉS, PROSIP e dívidas refinanciadas com a União.

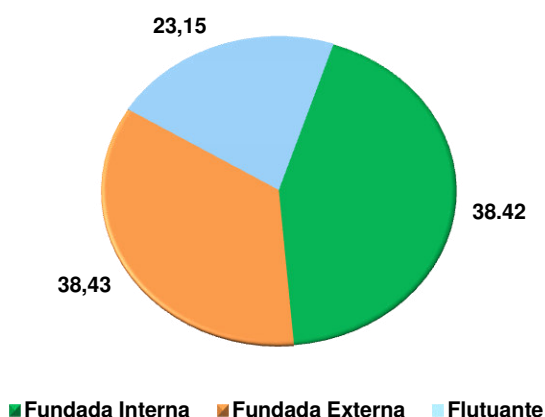
A dívida pública no Estado do Amazonas apresentou um saldo, em 31/12/2017, de R\$ 8,072 bilhões, com variação ante 2016 de 3,85%, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 40 e Gráfico 26.

**Tabela 40**  
**Dívida Pública**

DÍVIDA	Valor		%	
	2016	2017	PART.	VAR.
	R\$ Mil			
Fundada Interna	3.277.615	3.101.371	38,42	(5,38)
Fundada Externa	3.009.077	3.101.874	38,43	3,08
Flutuante	1.486.791	1.869.155	23,15	25,72
<b>TOTAL</b>	<b>7.773.483</b>	<b>8.072.400</b>	<b>100,00</b>	<b>3,85</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

**Gráfico 26**  
**Dívida Pública** Percentual



A dívida fundada total de R\$ 6,203 bilhões, representa 25,73% do limite global de 2(duas) vezes a receita corrente líquida que em 2016 totalizou R\$ 24,104 bilhões, estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 40 art. 3º inciso I, deixando o Estado bastante confortável em relação à legislação, com referência ao grau de endividamento total.

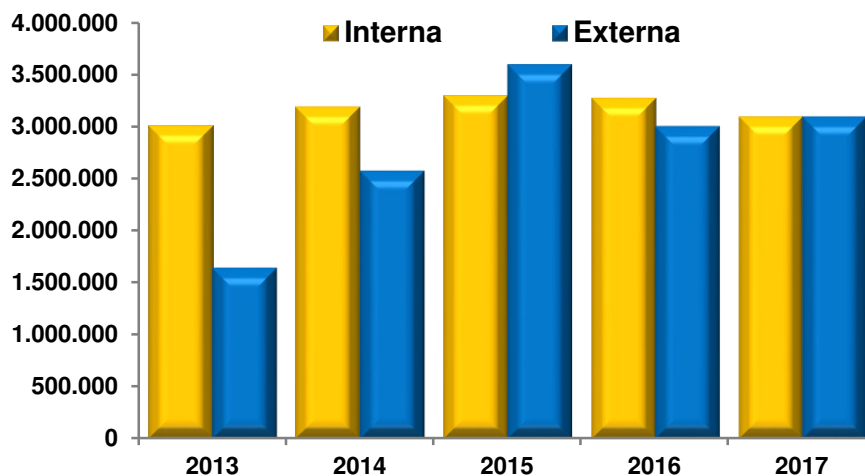
No exercício financeiro de 2017, houve um decréscimo nominal de 1,33% no total do estoque da Dívida Fundada, em relação ao exercício de 2016, conforme tabela 41 e gráfico 27.

**Tabela 41**  
**Comparativo da Dívida Fundada X Receita Corrente Líquida**

DÍVIDA	R\$ Mil				
	2013	2014	2015	2016	2017
Interna	3.013.147	3.194.766	3.303.259	3.277.615	3.101.371
Externa	1.654.316	2.584.946	3.603.655	3.009.077	3.101.874
<b>TOTAL</b>	<b>4.667.463</b>	<b>5.779.712</b>	<b>6.906.914</b>	<b>6.286.692</b>	<b>6.203.245</b>
<b>RCL do Exercício</b>	<b>10.329.762</b>	<b>11.039.956</b>	<b>10.998.994</b>	<b>11.395.631</b>	<b>12.052.493</b>
<b>Div. Fundada / RCL (%)</b>	<b>45,18</b>	<b>52,35</b>	<b>62,88</b>	<b>55,17</b>	<b>51,47</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

**Gráfico 27**  
**Evolução do Estoque da Dívida Fundada** R\$ Mil



### 6.3 Dívida Flutuante

Demonstramos na tabela 42 e gráfico 28 a Dívida Flutuante ou Administrativa que totalizou em R\$ 1,869 bilhão, destacam-se os grupos Valores Restituíveis com R\$ 746 milhões ou 39,93% do total, que representa os saldos de Consignações, Garantias, Depósitos Judiciais e não Judiciais, os Restos a Pagar não Processados com R\$ 703 milhões ou 37,65% e os Restos a Pagar Processados com R\$ 373 milhões ou 19,99%.

**Tabela 42**  
**Demonstrativo da Dívida Flutuante**

		R\$ Mil	
FONTE	VALOR	PART. %	
Valores Restituíveis	746.289	39,93	
Outras Obrigações	45.488	2,43	
Restos a Pagar Processados	373.734	19,99	
Restos a Pagar Não Processados	703.644	37,65	
<b>TOTAL</b>	<b>1.869.155</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



**Gráfico 28**  
**Dívida Flutuante**

**R\$ Mil**



## 7 GESTÃO FISCAL

### 7.1 Gastos com Pessoal

Em cumprimento ao Art. 169 da Constituição Federal e Art. 19, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa total com pessoal para o Estado, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida – RCL.

A RCL é apurada de acordo com o Art. 2º e inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000, e compreende o total das receitas correntes da administração direta e indireta, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios e as deduções para formação do FUNDEB e das contribuições previdenciárias.

O Estado do Amazonas, em 2017, apurou uma despesa líquida total com pessoal de 56% em relação à receita corrente líquida – RCL, cabendo ao Poder Executivo 47,78%, ao Poder Legislativo 2,64%, ao Poder Judiciário 4,07% e ao Ministério Público 1,52%, conforme demonstrado na tabela 43.

**Tabela 43**  
**Demonstrativo de Gastos com Pessoal**

R\$ Mil

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS EMPENHADAS	
	Últimos 12 meses	% Desp. s/ RCL
<b>PODER EXECUTIVO (I)</b>	<b>5.758.117</b>	<b>47,78</b>
Pessoal Ativo	4.411.152	36,60
Pessoal Inativo e Pensionista	1.554.132	12,89
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, § 1º da LRF)	353.812	2,94
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	16.533	0,14
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	4.558	0,04
(-) Indenizações por Demissão	1.056	0,01
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	538.832	4,47
<b>PODER LEGISLATIVO (II)</b>	<b>318.068</b>	<b>2,64</b>
Assembléia Legislativa - ALE	156.299	1,30
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE	161.769	1,34
<b>PODER JUDICIÁRIO (III)</b>	<b>489.963</b>	<b>4,07</b>
Tribunal de Justiça	489.963	4,07
<b>MINISTÉRIO PÚBLICO (IV)</b>	<b>183.349</b>	<b>1,52</b>
Procuradoria Geral de Justiça	183.349	1,52
<b>DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL TOTAL (I+II+III+IV)</b>	<b>6.749.498</b>	<b>56,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL</b>	<b>12.052.493</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (60% da RCL)</b>	<b>7.231.496</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (95% do Limite Máximo)</b>	<b>6.869.921</b>	

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI  
Valores calculados e publicados por cada Poder

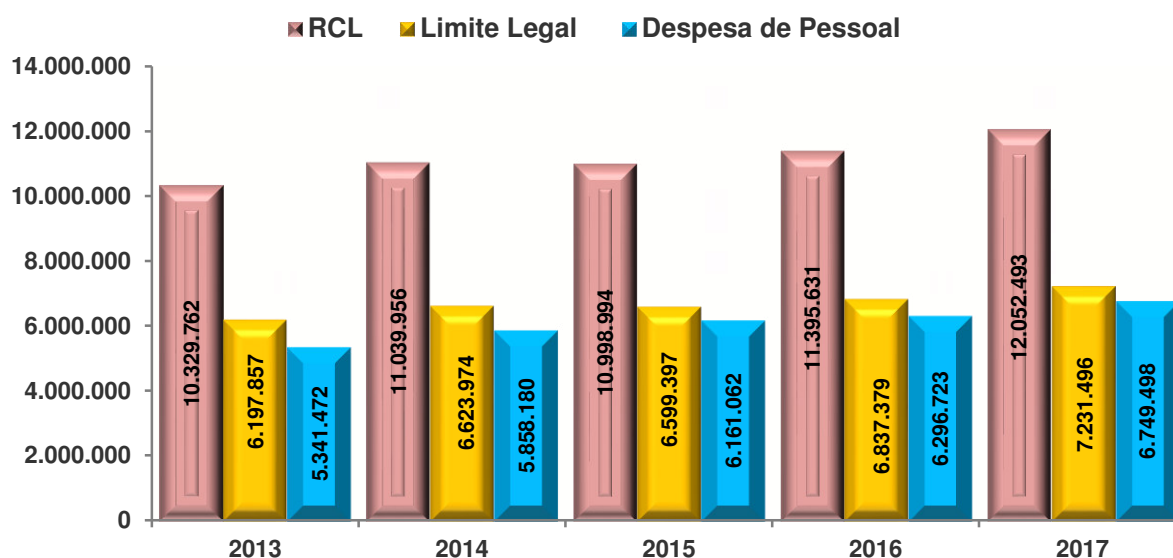
Demonstramos, na tabela 44 e gráfico 29, a evolução anual da relação dos Gastos com Pessoal x Receita Corrente Líquida – RCL, no período de 2013 a 2017, observa-se que o Estado se mantém dentro do limite da LRF, com aumento em relação a 2013 de 8,30%. Para as despesas de pessoal houve um aumento de 2013 a 2017 de 26,36%, ou seja, menor que a inflação do período que foi de 36,86% pelo IPCA.

**Tabela 44**  
**Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2013 a 2017**

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017
RCL	10.329.762	11.039.956	10.998.994	11.395.631	12.052.493
Despesa de Pessoal	5.341.472	5.858.180	6.161.062	6.296.723	6.749.498
Limite Legal (60% s/ RCL)	6.197.857	6.623.974	6.599.397	6.837.379	7.231.496
<b>% Relação Pessoal/RCL</b>	<b>51,71</b>	<b>53,06</b>	<b>56,01</b>	<b>55,26</b>	<b>56,00</b>

Fonte: Secretaria Executiva do Tesouro

**Gráfico 29**  
**Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2013 a 2017** R\$ Mil



## 7.2 Aplicação na Educação

Quanto à aplicação na educação, a Constituição Federal prevê em seu art. 212 que o *“Estado aplicará anualmente 25%, no mínimo, das receitas resultantes de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios, na manutenção e desenvolvimento do ensino”*.

Em cumprimento a esta determinação legal e ao conceito ali existente, o Estado do Amazonas aplicou, no exercício de 2017, na manutenção e desenvolvimento do ensino, o valor de R\$ 2,327 bilhões, correspondente a 25,00% da receita de impostos e transferências, conforme definição constitucional.

Na tabela 45, demonstramos, sinteticamente, as receitas e o montante aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, com aplicação superior em 451 mil do limite mínimo estabelecido legalmente.

**Tabela 45**  
**Demonstrativo de Aplicação na Educação (conforme Constituição Federal) R\$ Mil**

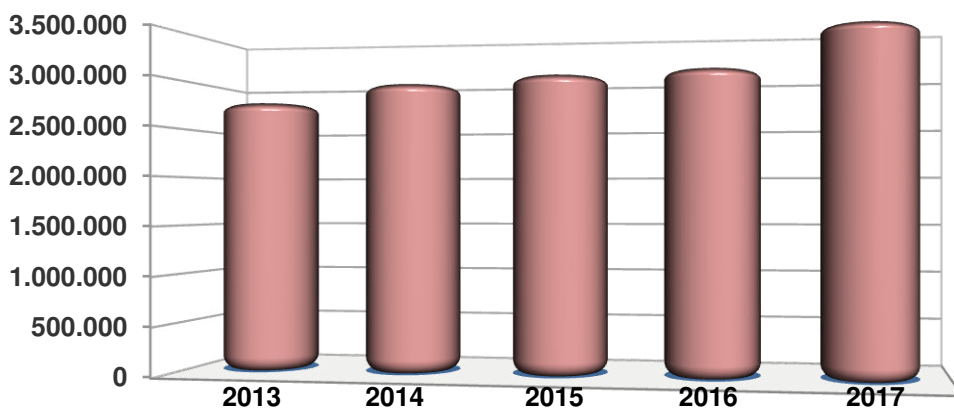
ESPECIFICAÇÃO		VALOR
<b>RECEITAS</b>		
1. Receita de Impostos		9.090.493
2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais		2.435.327
3. (-) Dedução das Transferências Constitucionais e Legais		2.217.242
4. TOTAL (1+2-3)		9.308.578
<b>5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (25% do 4)</b>	<b>25,00%</b>	<b>2.327.145</b>
<b>6. VALOR APLICADO</b>	<b>25,00%</b>	<b>2.327.595</b>
<b>7. DIFERENÇA (6-5)</b>	<b>0,00%</b>	<b>451</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No entanto, se considerarmos a aplicação de todas as fontes da função educação, que totalizou R\$ 2,867 bilhões, acrescido do valor do FUNDEB redistribuído aos municípios de R\$ 627 milhões, teremos uma aplicação total de R\$ 3,494 bilhões.

Demonstramos, no gráfico 30, a evolução anual da aplicação na função educação, no período de 2013 a 2017, considerando o total da função Educação mais a redistribuição aos municípios do FUNDEB.

**Gráfico 30**  
**Evolução Anual de Aplicação na Função Educação 2013 a 2017 R\$ Mil**



Nota: Considerando a redistribuição aos Municípios

Em 2017, as vinculações das receitas arrecadadas no Estado para o FUNDEB foram maiores que o retorno do fundo, sendo redistribuídos com os 62 Municípios do Amazonas, a diferença entre a contribuição e o retorno que foi de R\$ 627 milhões, ou seja, 35,81% do total vinculado, conforme demonstramos na tabela 46, por fonte.

**Tabela 46**  
**Demonstrativo das Receitas Vinculadas por Tributo-FUNDEB** **R\$ Mil**

<b>FONTE</b>	<b>REPASSE (A)</b>	<b>RATEIO (B)</b>	<b>PART. %</b>	<b>DIFERENÇA (A-B)</b>	<b>% DIF./REP.</b>
ICMS E ACESSÓRIAS	1.229.448	748.561	66,65	480.887	39,11
IPVA E ACESSÓRIAS	31.950	29.068	2,59	2.881	9,02
ITCMD E ACESSÓRIAS	2.961	1.358	0,12	1.603	54,13
ITR	0	86	0,01	-86	-
FPE	477.485	217.184	19,34	260.302	54,52
FPM	0	122.141	10,87	-122.141	-
IPI	4.972	3.016	0,27	1.957	39,35
Lei Kandir	2.948	1.788	0,16	1.160	39,35
<b>TOTAL</b>	<b>1.749.765</b>	<b>1.123.201</b>	<b>100,00</b>	<b>626.564</b>	<b>35,81</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

### 7.3 Aplicação na Saúde

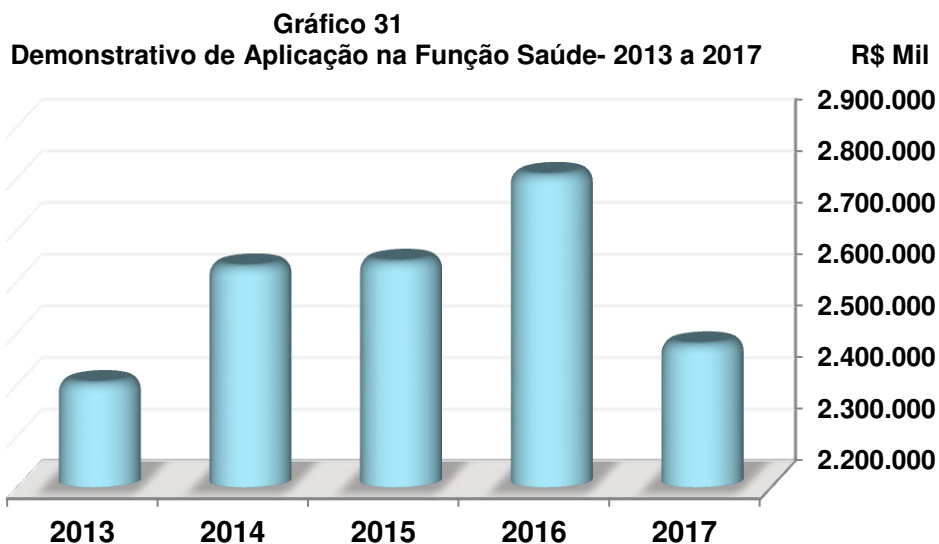
De acordo com o Art. 77, inciso II e parágrafo 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os estados aplicarão anualmente, no mínimo, 12% do produto da arrecadação de impostos e transferências, nas ações e serviços públicos de saúde. Em 2017, o Estado do Amazonas, aplicou R\$ 1,686 bilhão, ou 18,12% excedendo em R\$ 569 milhões do mínimo estabelecido, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 47.

**Tabela 47**  
**Demonstrativo de Aplicação na Saúde (conforme Constituição Federal)** **R\$ Mil**

ESPECIFICAÇÃO		VALOR
<b>RECEITAS</b>		
1. Receitas de Impostos		9.090.493
2. Transferências da União		2.435.315
3. (-) Dedução das Transferências Constitucionais e Legais		2.217.242
<b>4. Total (1+2-3)</b>		<b>9.308.566</b>
<b>5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (12% DO 4)</b>	<b>12,00%</b>	<b>1.117.028</b>
<b>6. TOTAL APLICADO</b>	<b>18,12%</b>	<b>1.686.343</b>
<b>7. DIFERENÇA (6-5)</b>	<b>6,12%</b>	<b>569.315</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Se considerarmos o valor total da função Saúde em 2017, teremos que o Estado aplicou nas ações de saúde R\$ 2,477 bilhões, R\$ 791 milhões a mais que o valor aplicado, conforme conceito constitucional. No gráfico 31 demonstramos a evolução anual da aplicação na função saúde, pelo Estado, no período de 2013 a 2017.



## 7.4 Resultado Primário e Nominal

O resultado primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas com juros. Caso essa diferença seja positiva, tem-se um “superávit primário”; caso seja negativa, tem-se um “déficit primário.

Já o resultado nominal é o conjunto das operações fiscais realizadas pela administração pública acrescentando ao resultado primário a conta de juros. Desta forma, por representa a variação do estoque da dívida, quanto menor melhor é o indicador.

No quadro abaixo é demonstrado que o estado do Amazonas cumpriu todas as metas do resultado primário e nominal da LDO.

**Tabela 48**  
**Metas Fiscais x Resultados Primário e Nominal**

DESCRIÇÃO	2017		R\$ Mil
	Meta	Resultado	
<b>Metas Fiscais</b>			
Resultado Primário	2.722		607.215
Resultado Nominal	(5.356)		(297.907)

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal

É bom salientar que durante o exercício de 2017 houve uma considerável retomada de crescimento no resultado primário conforme quadro abaixo.

**Tabela 49**  
**Resultado Primário**

DESCRIÇÃO	2017			R\$ Mil
	2º bimestre	4º bimestre	6º bimestre	
<b>Resultado Primário/Bimestre</b>				
Resultado Primário	(965.997)	(207.827)		607.215

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal

Com este resultado o Estado do Amazonas foi o 4º Estado com o maior resultado primário do país, conforme a Secretaria do tesouro Nacional.

Ranking	Estados	Resultado Primário
1	SP	5.351,99
2	GO	1.474,55
3	ES	864,70
4	AM	607,22
5	CE	515,02
6	AL	363,88
7	PB	240,01
8	DF	191,64
9	AP	162,51
10	RR	67,79
11	AC	41,49
12	TO	41,48
13	PA	16,86
14	PI	-49,04
15	RO	-117,97
16	SE	-256,31
17	PE	-292,21
18	RN	-422,08
19	RS	-422,49
20	BA	-843,00
21	MT	-1.005,50
22	MA	-1.126,28
23	SC	-1.133,49
24	MS	-1.488,53
25	PR	-2.821,97
26	MG	-6.123,57
27	RJ	-6.204,63



## 7.5 Capacidade de Pagamento – CAPAG

A CAPAG determina que a classificação dos entes será definida a partir de indicadores de endividamento, poupança corrente e liquidez. O indicador de endividamento será calculado pela relação entre dívida consolidada bruta e receita corrente líquida. A poupança corrente busca verificar se o ente está poupando o suficiente para absorver um eventual crescimento das suas despesas correntes acima do aumento das receitas correntes. Por fim, o índice de liquidez verifica se o ente tem um volume de recursos em caixa suficiente para honrar as obrigações financeiras já contraídas. Os cálculos da CAPAG são disciplinados pela Portaria N° 501, de 23 de novembro de 2017.



O indicador de endividamento e o de poupança corrente podem receber conceitos "A", "B" ou "C". Já o indicador de liquidez teria apenas as notas "A" ou "C". A combinação dos três indicadores resultará na nota do ente (sua CAPAG), que poderá ser "A", "B", "C" ou "D".

**O ente que possuir CAPAG "A" ou "B" é elegível à contratação de garantias da União em seus financiamentos.** Assim, um ente bem avaliado pelo Tesouro Nacional poderá acessar empréstimos com juros mais baixos, por contar com a União como seu garantidor. Na tabela 50 demonstramos o quadro dos indicadores da CAPAG.

**Tabela 50**  
**Capacidade de Pagamento - CAPAG**

R\$ Mil

ÍNDICE LIQUIDEZ (a)/(b)	FÓRMULA	VALORES	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL EM 2017
	Obrigações Financeiras (a)	203.815	0,89	A
	Disponibilidade de Caixa Bruta (b)	229.197		

POUPANÇA CORRENTE (DC/RC)	PESO	VALORES	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL EM 2017
2015	0,2	95,55	19,11	B
2016	0,3	92,15	27,64	
2017	0,5	92,28	46,14	
<b>TOTAL</b>			<b>92,90</b>	

ENDIVIDAMENTO 2017	FÓRMULA	VALORES	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL EM 2017
	Dívida Consolidada Bruta	6.203.245	51,47%	A
	Receita Corrente Líquida	12.052.493		

<b>CLASSIFICAÇÃO FINAL</b>				<b>B</b>
----------------------------	--	--	--	----------

---

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo primordial deste relatório é o de subsidiar o processo de avaliação e desempenho das finanças públicas do Estado do Amazonas, através da demonstração dos resultados alcançados no exercício de 2017. Acreditamos que, dessa forma, estaremos contribuindo para uma gestão transparente e fidedigna das contas do Estado, que tem na Responsabilidade Fiscal uma de suas premissas básicas.

Diante da missão de subsidiar os nossos gestores por meio de informações confiáveis, ainda nos restam muitos objetivos a serem alcançados e melhorias a serem implementadas. Ressaltamos que, apesar de todas as dificuldades, nossa equipe técnica tem sido incansável na busca por um constante aprimoramento das informações prestadas.

Dentre os esforços já realizados, podemos citar a convergência do Sistema AFI às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público que tornou possível gerar os Balanços dos órgãos e o consolidado do Estado, a operacionalização das contas do SUS evitando, via sistema, transferências bancárias entre os órgãos, as melhorias no portal da transparência fiscal, além das constantes melhorias que auxiliam os Gestores e ao próprio Governo no registro dos atos e fatos da administração. Isso tem resultado na maior publicidade das informações por meio do Portal da Transparência do Governo do Amazonas.

Nossos agradecimentos, primeiramente a Deus, pelo dom da vida, pela saúde e pela oportunidade de realização deste trabalho. Agradecemos também ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Senhor Secretário da Fazenda, pelo apoio e confiança dispensados a nossa equipe. Nosso agradecimento ainda ao Dr. Alfredo Paes, titular da Secretaria da Fazenda, pelo apoio imprescindível na busca de soluções para as dificuldades surgidas no dia a dia.

A toda equipe da Secretaria do Tesouro a nossa gratidão pelo empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados no cumprimento de nossa missão. Agradecemos, de forma especial, ao Departamento de Contabilidade Pública, a Gerência de Contabilidade, Gerência de Normas e Procedimentos Contábeis, ao Centro de Estudos de Finanças Públicas e a Equipe de Tecnologia da Informação do AFI que, com muita competência, atuaram de forma direta na elaboração do Balanço Geral do Estado. Agradecemos, ainda, ao Departamento de Tecnologia da Informação-DETIN, aos demais setores da SEFAZ, a Imprensa Oficial que atua com muito zelo na publicação do balanço e aos diversos órgãos da administração direta e indireta pela colaboração dispensada ao longo do exercício de 2017.

Agradecimento fraterno à equipe da Comissão Permanente das Contas do Governo, do Tribunal de Contas do Estado e Controladoria Geral do Estado pela parceria na busca de soluções técnicas, objetivando a transparência nos registros dos atos e fatos no trato da coisa pública.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para cumprimento do dever de tornar público o Balanço Geral do Estado: muito obrigado.

Manaus, 28 de março de 2018.

  
**Alfredo Paes dos Santos**  
Secretário de Estado da Fazenda

  
**Hélio Ferreira da Silva**  
Secretário Executivo do Tesouro

  
**Maria da Conceição Guerreiro da Silva**  
Diretora do Departamento de Contabilidade  
CRC N° 07984/AM